REAL PUBLICIDADE

LATAM

demonstrações financeiras 2019

www.latam.com

demonstrações financeiras **2019**

TAM S.A. CNPJ nº 01.832.635/0001-18

www.latam.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A TAM S.A. é uma *holding* que detém o controle da TAM Linhas Aéreas S.A., que, por sua vez, é uma das líderes no setor de transporte de passageiros e cargas no Brasil e apresenta em 02 de março de 2020, as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A TAM S.A. ("TSA" ou "Companhia") refere-se à entidade consolidada e suas respectivas subsidiárias, cujas atividades estão relacionadas com transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional, à captação de recursos e ao desenvolvimento de atividades de agenciamento de viagens e turismo. Em 2019, transportamos mais de 37 milhões de passageiros, com "load factor" (taxa de ocupação) de 82,51% nos voos do mercado doméstico brasileiro e de 85,87% nos voos internacionais operados entre o Brasil e destinos nas Américas, na Europa e na África do Sul. No ano, também iniciamos novas operações, com os voos a partir de São Paulo (Guarulhos), para Santa Cruz de la Sierra e Maringá, por exemplo. **COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019:** A receita líquida apurada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 20,4 bilhões, comparada com R$ 17,8 bilhões registrados no ano anterior. O incremento de 15% na receita líquida reflete o aumento do preço do ticket médio no transporte de passageiros, impulsionado principalmente pelo incremento do Market Share de passageiros corporativos. O resultado obtido pela Companhia apresenta incremento significativo, passando de um prejuízo líquido de R$ 461 milhões, em 2018, para um lucro líquido de R$ 704 milhões no exercício corrente. Entretanto, o aumento dos custos, de R$ 1,9 bilhões, decorre principalmente da adoção da norma internacional *IFRS 16 - Leases, onde* a Companhia aplicou a abordagem retrospectiva completa como método de transição, reapresentando as demonstrações financeiras comparativas e verificando o impacto com despesas de arrendamento e depreciação (impacto líquido de maior custo de R$ 500 milhões), conforme detalhado na nota explicativa 27. Adicionalmente, com o intuito de diminuir a exposição cambial, a Companhia realizou um aumento de capital social em novembro de 2019, por meio de cessão de créditos de contas a receber de partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Vale salientar que a Companhia continua com esforços para redução de custos, buscando sinergia nos processos. Em 2019, registramos grandes novidades, como o lançamento de um projeto robusto de transformação da nossa experiência de viagem para atender as expectativas do cliente, principalmente do passageiro corporativo. O Grupo LATAM Airlines ("Grupo") investiu cerca de US$ 500 milhões somente no novo serviço de bordo e na reformulação completa do interior das aeronaves, sendo que metade deste valor foi alocado no Brasil. Em voos de longa distância, a renovada cabine Premium Business oferece novos assentos, com reclinação full flat, mais privacidade, acesso de todas as poltronas ao corredor, e as maiores telas de entretenimento individual do mercado, com 18 polegadas. No caso dos voos de curta distância, o novo interior traz melhorias no revestimento e design ergonômico dos assentos, com distância acima de 31" entre as poltronas, tomadas USB e assentos LATAM+ disponíveis nas 7 primeiras fileiras, com compartimento de bagagem dedicado e tomadas (plug in) para dispositivos eletrônicos, além de embarque antecipado. No Brasil, o Centro de Manutenção (MRO) da Companhia, localizado em São Carlos, é o responsável por essa remodelação de mais da metade da frota dos aviões da família Airbus A320. Investimos R$ 22 milhões no MRO para ampliar infraestrutura, comprar equipamentos e contratar mais de 150 pessoas. Também investimos aproximadamente US$ 300 milhões na aquisição de ações em circulação da Multiplus, por meio de uma Oferta Pública de Ações (OPA), concluída em 30 de abril de 2019, e no lançamento da nova marca do programa, o LATAM Pass. O novo programa é focado nos clientes que realmente valorizam resgatar viagens aéreas. O LATAM Pass foi concebido para ampliar o acesso aos voos da LATAM por meio de 3 atributos: preços mais competitivos, resgate até o último assento disponível e maior malha aérea da região. Também lançamos a nova campanha de marketing "Qual seu próximo voo?", a nossa maior ação de marketing no Brasil nos últimos três anos. O cliente foi o principal protagonista da campanha, que convida os clientes LATAM a refletirem sobre suas jornadas pessoais e profissionais e a conexão que a marca tem com estes sonhos. Muito além de revelar o próximo destino, o objetivo da Companhia é aprofundar o relacionamento com o seu público mais fiel para reforçar os seus serviços e produtos criados para oferecer a melhor experiência de viagem da América Latina. O patrocínio do Rock in Rio 2019, em que fomos "Companhia Aérea Oficial" do festival, também refletiu esse momento especial de retomada do investimento na marca LATAM no Brasil. Com diversas ativações para o público final, incluindo a premiação de 1 milhão de pontos LATAM Pass, a Companhia utilizou o evento para potencializar o lançamento do maior e melhor programa de fidelidade do Brasil. A renovação da parceria com o Rock in Rio já está confirmada para a próxima edição do festival, que será realizado em 2021. Em Guarulhos, inauguramos o nosso CML (Centro de Manutenção de Linha) para manter agilidade no processo de manutenção das aeronaves. O CML é capaz de receber 7 aeronaves de dois corredores (wide body), como os Boeing 777, 767 e 787, além do modelo Airbus A350, ou até 19 aviões de um único corredor (narrow body) da família Airbus A320, em uma área de mais de 65 mil m². Em 2019, como resultado de todos os investimentos em eficiência operacional e para atender as expectativas do passageiro corporativo, posicionamos a LATAM como a companhia aérea mais pontual do Brasil, com mais de 92% de pontualidade em todas as suas operações no País. Além das melhorias contínuas dos processos e da execução com excelência de todas as operações, diversas inovações fizeram a diferença no tempo que o cliente gasta para embarcar e desembarcar. Um exemplo é o embarque por grupos (que agilizou a organização do embarque nas aeronaves). Outra medida é o autoatendimento para despacho de bagagens (que tirou o atendente de trás do balcão para uma posição de mais interação para apoio ao passageiro). Nosso Self Bag Drop já está disponível no Galeão, em Guarulhos e em Brasília, foi fundamental para reduzir de 82 para 40 segundos o tempo médio para despacho de bagagem por passageiro. Em setembro de 2019, o Grupo LATAM Arilines e a Delta Air Lines Inc., os principais grupos de companhias aéreas da América Latina e da América do Norte, anunciaram a criação de uma aliança estratégica para oferecer aos seus passageiros mais opções de viagem, melhor conectividade no mundo e uma experiência líder na indústria. A aliança foi efetivada em 30 de dezembro de 2019, com a aquisição por parte da Delta de 121.281.538 ações da Holding, o que representa 20% do total de ações emitidas, subscritas e pagas pela LATAM Airlines, por meio de uma Oferta Pública de Ações (OPA) lançada em 27 de novembro de 2019. A aliança estratégica permitirá à LATAM fortalecer a sua estrutura de capital, melhorando o seu fluxo de caixa e obter consequente redução da sua dívida futura. E seguimos confiantes, em 2020, na transformação da experiência de viagem do cliente LATAM. Já oferecemos opções de lanches quentes como cortesia nas rotas domésticas de Congonhas para Santos Dumont, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre, além das rotas Brasília-Santos Dumont e Congonhas-Curitiba. Agora, em janeiro de 2020, acabamos de lançar a Premium Economy, uma nova classe de cabine para voos domésticos e internacionais dentro da América Latina em aeronaves Airbus A320, com serviços exclusivos no aeroporto e em voo, incluindo check-in prioritário e embarque preferencial, um serviço diferenciado a bordo e um assento central bloqueado com mais espaço e privacidade. Na expansão sustentável da nossa malha aérea, já estamos nos preparando para inaugurar rotas como Curitiba-Santiago e Congonhas-Chapecó, e temos a intenção de voar para Doha a partir de Guarulhos, além de ampliar de 5 para 7 frequências semanais o volume de voos na rota Guarulhos-Joanesburgo. Todas essas perspectivas reforçam o nosso robusto projeto para atender de forma consistente as expectativas dos clientes, sobretudo as dos passageiros corporativos e que voam com mais frequência com a LATAM.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Controladora

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	**1.001**	953	10.420
Aplicações financeiras	8	**1.704**	3.212	4.676
Contas a receber		**5**	5	5
Tributos a recuperar	12	**14.000**	22.468	17.312
Demais contas a receber		**179**	113	208
		16.889	26.751	32.621
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	-	54.919
Depósitos judiciais	16	**92**	155	246
Demais contas a receber		**10**	10	10
Investimentos	17	**3.589.372**	1.902.142	-
Imobilizado		**24**	37	50
		3.589.498	1.902.344	55.225
Total do ativo		**3.606.387**	1.929.095	87.846

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
Circulante				
Empréstimos a pagar - mútuos	25	**16.003**	115	15.000
Fornecedores	21	**349**	327	316
Salários e encargos sociais		**24**	13	28
Impostos a recolher		**1.764**	10.490	1.831
		18.140	10.945	17.175
Não circulante				
Empréstimos a pagar - mútuos	25	**2.978**	2.978	2.978
Provisão para perdas com investimento	17	**-**	-	978.793
Dividendos a pagar		**858**	858	858
		3.836	3.836	982.629
Total do passivo		**21.976**	14.781	999.804
Patrimônio líquido	24			
Capital social		**3.972.351**	1.980.899	5.730.908
Reserva de capital		**(937.876)**	128.016	130.454
Reserva de lucros		**-**	-	18.851
Prejuízos acumulados		**(94.043)**	(736.620)	(7.364.070)
Ajuste de avaliação patrimonial		**643.979**	542.019	571.899
		3.584.411	1.914.314	(911.958)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.606.387**	1.929.095	**87.846**

Consolidado

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	**1.286.509**	874.948	777.464
Aplicações financeiras	8	**1.540.026**	1.234.999	1.561.226
Caixa restrito	9	**5.417**	10.083	5.338
Contas a receber	10	**7.421.347**	6.498.427	4.613.644
Estoques	11	**813.276**	472.641	365.869
Tributos a recuperar	12	**523.101**	609.799	391.492
Pré-pagamentos de manutenções		**-**	3.221	35.873
Outros ativos financeiros		**83.877**	-	-
Adiantamento a fornecedores	13	**1.054.697**	55.508	-
Outros créditos		**148.863**	97.675	-
Demais contas a receber	14	**2.084.175**	1.777.968	200.325
Ativos disponíveis para venda		**5.577**	18.147	18.672
		14.966.865	11.653.416	7.969.903
Não circulante				
Caixa restrito	9	**34.810**	36.215	31.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**951.935**	1.018.115	1.101.492
Depósitos judiciais	16	**946.358**	845.106	734.473
Outros créditos		**79.416**	5.664	-
Demais contas a receber	14	**2.132**	2.982	8.585
Imobilizado	18	**3.373.432**	3.046.578	6.030.628
Intangível	19	**708.347**	552.456	460.214
		6.096.430	5.507.116	8.367.230
Total do ativo		**21.063.295**	17.160.532	16.337.133

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
Circulante				
Arrendamento mercantil	20	**915.673**	210.218	1.650.565
Empréstimos a pagar - mútuos	25	**610.205**	237.642	-
Fornecedores	21	**7.565.284**	6.226.515	3.972.169
Salários e encargos sociais		**712.191**	612.250	619.456
Receitas diferidas	22	**3.508.926**	2.974.612	3.630.152
Impostos a recolher		**222.218**	137.731	115.892
Provisão para manutenção		**797.985**	144.397	285.835
Outros passivos financeiros		**-**	24.523	-
Outros adiantamentos		**533.181**	-	-
Demais contas a pagar		**49.275**	56.686	153.338
		14.914.938	10.624.574	10.427.407
Não circulante				
Arrendamento mercantil	20	**791.961**	1.893.823	4.394.375
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	**1.174.145**	1.024.034	883.569
Empréstimos a pagar - mútuos	25	**8.822**	229.523	238.006
Provisão para manutenção		**546.326**	1.254.213	1.237.910
Dividendos a pagar		**858**	858	858
Demais contas a pagar		**35.776**	134.812	33
		2.557.888	4.537.263	6.754.751
Total do passivo		**17.472.826**	15.161.837	17.182.158
Patrimônio líquido	24			
Capital social		**3.972.351**	1.980.899	5.730.908
Reserva de capital		**(937.876)**	128.016	130.454
Reserva de lucros		**-**	-	18.851
Prejuízos acumulados		**(94.043)**	(736.620)	(7.364.070)
Ajuste de avaliação patrimonial		**643.979**	542.019	571.899
		3.584.411	1.914.314	(911.958)
Participação dos acionistas não controladores		**6.058**	84.381	66.933
Total do passivo e do patrimônio líquido		**21.063.295**	17.160.532	16.337.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 Reapresentado	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Receita operacional líquida	26	**-**	-	**20.363.075**	17.706.753
Custo dos serviços prestados	27	**-**	-	**(16.646.005)**	(14.655.205)
Lucro operacional bruto		**-**	-	**3.717.070**	3.051.548
Despesas com vendas	27	**-**	-	**(1.610.221)**	(1.364.676)
Despesas gerais e administrativas	27	**(1.377)**	(280)	**(797.110)**	(659.524)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**-**	-	**62.246**	23.446
Lucro (prejuízo) operacional		**(1.377)**	(280)	**1.371.985**	1.050.794
Receitas financeiras	28	**646**	776	**151.878**	207.117
Despesas financeiras	28	**(15.476)**	(13.840)	**(250.649)**	(429.564)
Variação cambial líquida	28	**(7)**	(23)	**(284.400)**	(1.001.246)
Resultado de equivalência patrimonial	17	**701.847**	(496.013)	**-**	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**685.633**	(509.380)	**988.814**	(172.899)
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	15	**(6.632)**	(10.318)	**(218.635)**	(206.130)
Diferido	15	**-**	(54.919)	**(66.180)**	(81.889)
Lucro (prejuízo) do exercício		**679.001**	(574.617)	**703.999**	(460.918)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores				**679.001**	(574.617)
Acionistas não controladores				**24.998**	113.699
				703.999	(460.918)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 Reapresentado	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Lucro (prejuízo) do exercício	679.001	(574.617)	**703.999**	(460.918)
Item a ser reclassificado para o resultado em exercício subsequente:				
Ganho na conversão investimentos	(103)	25.063	**(410)**	25.500
Hedge de fluxo de caixa	103.562	(56.274)	**103.562**	(56.274)
Total do resultado abrangente do período, líquido de tributos	782.460	(605.828)	**807.151**	(491.692)
Atribuído aos:				
Acionistas controladores			**782.460**	(605.828)
Acionistas não controladores			**24.691**	114.136
			807.151	(491.692)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 Reapresentado	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Lucro (prejuízo) do período		**679.001**	(574.617)	**703.999**	(460.918)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	54.919	**66.180**	81.889
Depreciações e amortizações	27	**13**	13	**463.545**	1.545.352
Resultado na alienação do imobilizado e intangível		**-**	-	**62.693**	87.965
Juros, atualizações monetárias e variações cambiais sobre ativos e passivos		**-**	-	**416.322**	(695.827)
Ganho (perda) de equivalência patrimonial	17	**(701.847)**	496.013	**-**	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10	**-**	-	**68.198**	44.094
Provisão para perda de disponíveis para venda		**-**	-	**5.354**	-
Provisão para perda de estoques		**-**	-	**25.831**	33.835
Reversão para manutenção		**-**	-	**(119.361)**	(403.066)
Provisão para contingência		**-**	-	**378.339**	295.562
Provisão para imposto de renda e contribuição social	15	**6.632**	10.318	**218.635**	206.130
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber	10	**-**	-	**(905.064)**	(1.472.789)
Caixa restrito	9	**-**	-	**3.181**	(3.703)
Estoques	11	**-**	-	**(366.625)**	(140.607)
Tributos a recuperar	12	**8.468**	(5.156)	**75.563**	(218.307)
Ativos disponíveis para venda		**-**	-	**-**	525
Depósitos judiciais	16	**63**	91	**(90.611)**	(83.416)
Pré-pagamento de manutenção		**-**	-	**-**	38.799
Fornecedores	21	**22**	11	**1.110.547**	2.104.555
Salários e encargos sociais		**11**	(15)	**99.941**	(5.830)
Impostos a recolher		**(8.121)**	8.861	**(22.292)**	75.322
Receitas diferidas	22	**-**	-	**534.314**	(655.540)
Pagamentos de contingências	23	**-**	-	**(276.074)**	(211.446)
Adiantamento de clientes		**-**	-	**500.734**	-
Outros ativos e passivos líquidos		**(8.443)**	(10.219)	**465.054**	(121.265)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(605)**	(202)	**(113.222)**	(53.483)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**(24.806)**	(19.983)	**3.305.181**	(12.169)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas		**(32.491)**	(889.900)	**-**	-
Aplicações financeiras	8	**1.508**	1.464	**(305.027)**	326.227
Aquisições de imobilizado	18	**-**	-	**(785.088)**	(408.317)
Aquisições de ativos intangíveis	19	**-**	-	**(284.826)**	(200.424)
Recebimento de dividendo e JSCP		**39.949**	271.943	**-**	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**8.966**	(616.493)	**(1.374.941)**	(282.514)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Exercício do plano de remuneração baseado em ações		**-**	-	**-**	2.233
Aquisição de participação acionária	5	**-**	-	**(1.139.217)**	-
Recompra de ações remanescentes em circulação (*squeeze out*) e ações em tesouraria		**-**	-	**(65.499)**	(8.717)
Captação (pagamento) de empréstimos a partes relacionadas	25	**15.888**	(14.885)	**160.000**	(40.262)
Aumento de capital	24	**-**	641.900	**-**	641.900
Recebimento (pagamento) de prêmio de *Hedge*		**-**	-	**(4.840)**	(31.751)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		**-**	-	**(2.111)**	(94.165)
Juros pagos		**-**	-	**(40.049)**	(36.280)
Amortização de arrendamentos financeiros		**-**	-	**(426.553)**	(117.878)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		**15.888**	627.015	**(1.518.269)**	315.080
Efeito cambial da conversão de balanço		**-**	-	**(410)**	77.087
Variação total caixa e equivalentes de caixa		**48**	(9.467)	**411.561**	97.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**953**	10.420	**874.948**	777.464
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.001**	953	**1.286.509**	874.948
Variação total caixa e equivalentes de caixa		**48**	(9.467)	**411.561**	97.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

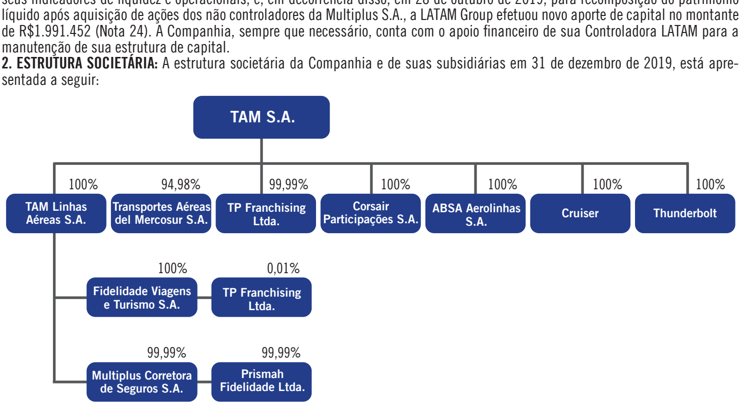
	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Capital: Ações em tesouraria	Reserva de Capital: Ágio na emissão de ações	Reserva de Capital: Plano de remuneração baseado em ações	Reserva de Capital: Ágio na aquisição de participação acionária	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido (consolidado)
Em 31 de dezembro de 2017		5.730.908	(7.603)	74.947	63.110	-	18.851	(5.851.207)	571.899	600.905	83.706	684.611
Efeito de 1ª adoção CPC 47 e CPC 48		-	-	-	-	-	-	(45.423)	-	(45.423)	(16.774)	(62.197)
Efeito de 1ª adoção CPC 06 (R2)		-	-	-	-	-	-	(1.467.440)	-	(1.467.440)	-	(1.467.440)
Em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)		5.730.908	(7.603)	74.947	63.110	-	18.851	(7.364.070)	571.899	(911.958)	66.932	(845.026)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(574.617)	-	(574.617)	113.699	(460.918)
Ganho na conversão de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	25.063	25.063	437	25.500
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	(56.274)	(56.274)	-	(56.274)
Pagamento de dividendos e JSCP		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.165)	(94.165)
Constituição de reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	2.829	2.829	149	2.978
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	1.498	(1.498)	-	-	-
Plano de remuneração de ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.758)	(1.758)
Integralização de capital		2.082.405	-	-	-	-	-	-	-	2.082.405	-	2.082.405
Aquisição de ações próprias de subsidiárias		-	-	-	(2.438)	-	-	-	-	(2.438)	(913)	(3.351)
Absorção de prejuízos		(5.832.414)	-	-	-	-	(18.851)	5.851.265	-	-	-	-
Efeito de 1ª adoção do CPC 06 (R2)		-	-	-	-	-	-	1.349.304	-	1.349.304	-	1.349.304
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		1.980.899	(7.603)	74.947	60.672	-	-	(736.620)	542.019	1.914.314	84.381	1.998.695
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	679.001	-	679.001	24.998	703.999
Ganho na conversão de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(103)	(103)	(307)	(410)
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	103.562	103.562	-	103.562
Ágio na aquisição de participação de não controladores	5	-	-	-	-	(1.071.309)	-	-	-	(1.071.309)	-	(1.071.309)
Aquisição na participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.903)	(100.903)
Recompra de ações remanescentes em circulação		-	(47.927)	-	-	-	-	-	-	(47.927)	-	(47.927)
Cancelamento de ações em tesouraria por incorporação		-	52.976	-	368	-	-	(47.927)	-	5.417	-	5.417
Cancelamento de plano de remuneração baseado em ações		-	-	-	-	-	-	10.004	-	10.004	-	10.004
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	1.499	(1.499)	-	-	-
Pagamento de dividendos e JSCP		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.111)	(2.111)
Integralização de capital	24	1.991.452	-	-	-	-	-	-	-	1.991.452	-	1.991.452
Em 31 de dezembro de 2019		**3.972.351**	**(2.554)**	**74.947**	**61.040**	**(1.071.309)**	**-**	**(94.043)**	**643.979**	**3.584.411**	**6.058**	**3.590.469**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") foi constituída em 12 de maio de 1997, e é uma subsidiária integral da LATAM Airlines Group S.A. ("Grupo" ou "LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea, o qual oferece serviços de transporte de passageiros e cargas para cerca de 145 destinos, em 26 países, com uma frota de 328 aviões e conta com aproximadamente 42 mil funcionários em suas operações para continuar a ser a maior e melhor companhia de aviação da América do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias. As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago do Chile e Nova York, nesta última, na forma de ADRs, sob o *ticker* LTM. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE"). As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") e ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), operam principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros, cargas e malas postais, no território brasileiro e em âmbito internacional, por meio de aeronaves próprias ou arrendadas, ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas. A TLA e a ABSA, bem como as demais subsidiárias da Companhia, têm por objeto social ainda: • explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais; • prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; • hangaragem de aviões; • atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; • prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica; • realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas; • compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos; • desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; • importação e exportação de óleo lubrificante acabado; • desenvolvimento e gerenciamento de programas de programas de fidelidade; • comercialização de direitos de resgate de prêmios; e • armazenamento e depósito de produtos sólidos, líquidos e gasosos por conta de terceiros. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Verbo Divino, 2001, 4º andar, São Paulo, SP. **1.1. Fatos relevantes para o período:** Em janeiro de 2019, a Companhia, por meio da sua subsidiária integral TLA, realizou a inauguração do CML (Centro de Manutenção de Linha), projeto realizado por meio de contrato *Built to Suit* com a RB *Commercial Properties* 49 Empreendimentos Imobiliários Ltda.; após a conclusão das obras, o hangar foi locado para a Companhia. Considerando que a construção do hangar foi executada em um terreno subconcedido à Companhia pela administradora do aeroporto, Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU *Airport*"), se fez necessária a apresentação de uma garantia para operação. Dessa forma, a TAM S.A., inicialmente ofereceu como garantia a alienação fiduciária de ações da Multiplus S.A. ("MPLU" ou "Multiplus"), totalizando R$145.000 e, após o fechamento do capital da Multiplus, conforme Nota 5, as ações dadas em garantia foram substituídas por garantias bancárias. Em abril de 2019, como continuidade da comunicação feita à Diretoria Executiva da Multiplus, em 4 de setembro de 2018, de que não renovaria o contrato operacional firmado entre as partes e de que entraria com o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, a Companhia, por meio de sua subsidiária TLA, comprou as ações ordinárias dos acionistas não controladores que estavam em circulação no mercado e encerrou o capital da MPLU na B3. Após obtenção, por parte da CVM, do ofício de cancelamento de registro de companhia aberta, a TLA iniciou o processo de incorporação da Multiplus, o qual findou-se em 1 de junho de 2019 (Nota 5). **1.2. Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido no montante de R$3.584.411 (R$1.914.314 em 31 de dezembro de 2018) e um capital circulante líquido consolidado no montante de R$51.927 (R$1.028.042 em 31 de dezembro de 2018). Se considerado o capital circulante líquido consolidado ajustado, isto é, sem os efeitos dos saldos relativos às receitas diferidas, o montante apurado é de R$3.560.853 em 31 de dezembro de 2019 (R$4.003.454 em 31 de dezembro de 2018). Essa busca por solidez financeira decorre do constante esforço da Administração em reforçar o caixa da TAM por meio de ações atreladas à redução de custos, melhoria na eficiência operacional e busca na retomada da posição de melhor Companhia aérea da Região da América do Sul. A Administração continua monitorando seus indicadores de liquidez e operacionais, e, em decorrência disso, em 28 de outubro de 2019, para recomposição do patrimônio líquido após aquisição de ações dos não controladores da Multiplus S.A., a LATAM Group efetuou novo aporte de capital no montante de R$1.991.452 (Nota 24). A Companhia, sempre que necessário, conta com o apoio financeiro de sua Controladora LATAM para a manutenção de sua estrutura de capital.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA: A estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019, está apresentada a seguir:



No primeiro trimestre de 2019, foram encerradas as *offshores* TAM *Financial Services* 1 *Limited*, TAM *Financial Services* 2 *Limited* e TAM *Financial Services* 3 *Limited*. No segundo trimestre de 2019, em decorrência da incorporação da Multiplus, a controlada TAM Linhas Aereas S.A. passou a controlar integralmente as empresas Prismah Fidelidade e Multiplus Corretora. Com isso, espera-se otimizar a estrutura corporativa e melhorar a eficiência operacional relacionada ao negócio de programa de fidelidade.

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e suas respectivas interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"). Na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia considerou e adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos pelos IASB, IFRS *Interpretations Commitee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos equivalentes de caixa, das aplicações financeiras e dos instrumentos financeiros derivativos, que estão mensurados e classificados como instrumentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2018 é apresentado nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à adoção de nova política contábil, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 4.23). A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 4.1. Moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Cada subsidiária integral incluída na consolidação determina sua própria moeda funcional levando em conta o ambiente econômico principal em que elas operam. Nas controladas da Companhia cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte, considerando os seguintes critérios de conversão: • O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica da transação; • Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; • Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de câmbio; • As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e • Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício. A seguir são demonstradas as moedas funcionais de cada empresa da Companhia:

Empresas	Localidade	Moeda funcional
TAM Linhas Aéreas S.A.	Brasil	Real
Fidelidade Viagens e Turismo S.A.	Brasil	Real
TP Franchising Ltda.	Brasil	Real
Transportes Aéreos Del Mercosur S.A.	Paraguai	Guarani
Multiplus Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Prismah Fidelidade Ltda.	Brasil	Real
Corsair Participações S.A.	Brasil	Real
ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Brasil	Dólar

4.2. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. A estrutura societária e os percentuais de participação nas controladas da Companhia estão divulgados na Nota 2. Todas as transações e saldos entre a TAM e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. As variações na participação societária das controladas, sem perda de exercício de controle, foram contabilizadas como transação patrimonial. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas que foram consolidadas, e estão consistentes com as práticas utilizadas na controladora. **4.3. Investimentos:** Os investimentos da TAM em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. **4.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, bancos, depósitos à vista, títulos de renda fixa e fundos de investimentos que atendem aos conceitos de equivalente de caixa. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras cujo período de resgate é igual ou inferior a 90 dias, quando de sua aquisição, são títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os fundos de investimento em que a Companhia mantém recursos aplicados, embora possuam liquidez imediata ou um prazo para resgate inferior a 90 dias, a Administração efetua uma segregação dos montantes entre equivalente de caixa e aplicações financeiras nestas demonstrações. Para obter os saldos de equivalente de caixa, a Companhia conta com as informações já disponibilizadas pelos agentes financeiros, ou, quando tais serviços não estão disponíveis, uma análise dos ativos dos fundos é efetuada pela própria TAM. Esta segregação considera a expectativa da Administração no uso dos recursos aplicados, no prazo de vencimento dos ativos dos fundos e na intenção de se obter maiores rendimentos sobre os montantes investidos. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado. **4.5. Caixa restrito:** O caixa restrito refere-se aos depósitos em garantia com a finalidade de assegurar assuntos relacionados a demandas judiciais e/ou exigências legais para operação em determinados aeroportos, e também para os financiamentos de curto e longo prazo. **4.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i)** Ativos financeiros não derivativos: *Reconhecimento inicial:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado e/ou ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos e do modelo de negócios que a Companhia adota para a gestão de seus ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, o instrumento precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Para os ativos financeiros que não apresentam estas características, tais instrumentos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado pela Companhia. A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados, enquanto os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, isto é, quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. *Mensuração subsequente:* Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à suas controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial por seu valor justo, sendo as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla as aplicações financeiras mantidas pela Companhia. *Desreconhecimento:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram; ou • a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou quando a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes, uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas é aplicada. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas de acordo com uma matriz de provisões estabelecida pela Administração, o qual foi elaborada com base em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

(i) Passivos financeiros não derivativos: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou decrescido, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, desde que o passivo financeiro não tenha sido classificado como valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, e empréstimos e financiamentos. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(ii)** Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.7. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais relacionados ao petróleo. Para os contratos firmados onde derivativos embutidos são identificados, tais itens são separados de seus respectivos contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atendidos. *Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:* Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Os custos de transação atribuíveis ao instrumento financeiro derivativo são reconhecidos no resultado quando incorridos. Para fins de contabilidade de *hedge*, os referidos instrumentos de proteção são classificados como: • *Hedges* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido; • *Hedges* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido: *Hedge* de fluxos de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. **4.8. Contas a receber:** As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor faturado, ajustado a valor presente, quando aplicável, e deduzidas das perdas de créditos estimadas. Conforme Nota 4.7, as perdas de crédito estimadas para as contas a receber da Companhia são mensuradas com base em uma matriz de risco, que leva em conta o histórico de perdas da Companhia. Para a aplicação da matriz de risco, a carteira de clientes é agrupada por títulos que possuam características similares, tanto em termos de risco e quanto em maturidade. Além disso, aspectos econômicos da carteira de clientes são avaliados na data do balanço, para refletir eventuais aumento nos riscos de recebimento dos títulos na estimativa registrada no balanço. **4.9. Estoques:** Os estoques da Companhia compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção. Os estoques são avaliados ao custo de aquisição segundo o custo médio, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração. **4.10. Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores:** Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas de acordo com os termos estipulado nos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso dos ativos arrendados. Os pré-pagamentos para manutenção são registrados pelo seu valor de recuperabilidade. **4.11. Tributos sobre o lucro:** *Imposto de renda e contribuição social - Corrente:* No Brasil, o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. *Imposto de renda e contribuição social - Diferido:* Tributos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como não circulante no balanço patrimonial da Companhia e seu valor contábil, no caso dos ativos fiscais diferidos, é revisado em cada data do balanço. Quando os estudos internos da Companhia indicam que a utilização futura desses créditos não é provável, uma provisão para perda será constituída. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente. **4.12. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables,* é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.15). Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação. A Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenções importantes buscando evitar falhas, independentemente de as peças desses itens inspecionados serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado, independentemente de o custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido. **4.13. Ativos intangíveis:** As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de *softwares* são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos com marcas são amortizados com base na expectativa de geração de benefício econômico futuro que esses ativos proporcionarão à Companhia. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.15). **4.14. Ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e estes estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **4.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos em cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa ("UGCs"). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **4.16. Provisões:** *Geral:* As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Provisões para manutenção:* Os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo. No caso das aeronaves próprias estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento sem opção de compra, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas. As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são reconhecidas no resultado do exercício em que são incorridas. **4.17 Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e

continua...

perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para os casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo de vigência do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem, se houver, o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, uma vez que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação substancial no contrato firmado com o arrendador. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento para os contratos de arrendamento cujo prazo contratual seja inferior a 12 meses, e também para os ativos de arrendamento considerados de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. *Contratos de arrendamento com pagamentos totalmente variáveis:* Para os contratos de arrendamento em que a Companhia e suas controladas identificam que não há existência de pagamentos fixos em essência (conforme preconiza a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no item B42), tanto o ativo de direito de uso quanto o passivo de arrendamento não são reconhecidos, uma vez que a mensuração do ativo e do passivo não são determinados com um grau de confiabilidade razoável. *Contratos de venda e retroarrendamento (Sale and Leaseback):* Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Quando são apurados prejuízos decorrentes dessas transações, estes efeitos são de igual modo diferidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do contrato de arrendamento, desde que o bem, sujeito ao retroarrendamento, não apresente perdas por redução ao valor recuperável. **4.18. Receita de vendas:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, exceto para as receitas de contratos com clientes oriundas do programa de fidelidade operado por sua controlada Prismah Fidelidade. *Transporte aéreo de passageiros e cargas:* As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados, momento em que a obrigação de desempenho é inteiramente satisfeita. A Companhia reconhece os bilhetes de passagens aéreas vendidos, mas não utilizados (se referem às vendas antecipadas), no passivo como transporte a executar em receitas diferidas. Para as receitas decorrentes de bilhetes expirados (*breakage* de passagens), a Companhia estima a expectativa de vencimento dos bilhetes vendidos, mas que não serão utilizados, levando em conta os dados históricos de expiração. *Serviços auxiliares:* A controlada TLA aufere receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, despacho e excesso de bagagem, cancelamentos entre outras, sendo estas reconhecidas no resultado do período somente quando o serviço de transporte aéreo é prestado. *Programa de fidelidade:* A Companhia, por meio de suas controladas TLA e Prismah, é patrocinadora do programa de fidelidade LATAM Pass. A principal fonte de receita do programa de fidelidade advém da comercialização dos direitos de resgate de prêmios por meio da emissão de pontos LATAM *Pass* adquiridos pelos seus parceiros (incluindo os pontos oriundos das compras com cartões de crédito Itaucard LATAM *Pass*), além dos pontos acumulados pelos participantes ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras. Os pontos decorrentes da comercialização dos direitos de resgate de prêmios são mensurados ao valor justo da contraprestação a ser recebida dos parceiros comerciais. Os valores decorrentes da comercialização dos direitos de resgate são registrados, inicialmente, no passivo até que os pontos sejam resgatados, em contrapartida às contas a receber. Para os pontos oriundos das passagens aéreas, uma parcela do preço da transação de vendas de passagens é alocada aos pontos acumulados concedidos aos clientes. Os valores decorrentes dessa alocação são reconhecidos como um passivo de contrato até que os pontos sejam resgatados. A receita efetiva do programa de fidelidade é reconhecida somente quando o participante decide exercer o seu direito de resgate, trocando, portanto, seus pontos acumulados em produtos ou serviços oferecidos pelos parceiros da rede, ou por passagens aéreas. Os valores registrados no passivo como "Direitos de resgate de prêmios" são avaliados pelo seu valor justo no momento do acúmulo dos pontos, e reconhecidos como preço da obrigação de desempenho no momento do exercício do direito pelos participantes, isto é, no resgate dos pontos por prêmios. Quando os prêmios resgatados são de passagens aéreas, a obrigação de desempenho é satisfeita somente quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos e, assim, a Companhia tem o direito de reconhecer uma receita no resultado do período. Quando os prêmios resgatados não se são de passagens aéreas, a obrigação de desempenho é satisfeita no momento da troca do ponto pelo produto ou serviço, e, assim, uma receita é reconhecida no resultado do período, deduzida dos gastos incorridos na aquisição de produtos ou serviços junto aos parceiros da rede. Reconhecimento da receita de breakage de pontos: Para as receitas decorrentes dos pontos LATAM *Pass* que expiram (*breakage* de pontos), a Companhia considera a probabilidade de o cliente resgatar os pontos. A Companhia atualiza constantemente ao longo do período suas estimativas dos pontos que não serão resgatados, e quaisquer ajustes ao saldo passivo do contrato são lançados contra receita. **4.19. Benefícios a empregados:** *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, decorrente da obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Participação de funcionários e administradores nos resultados:* Os funcionários da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício na proporção em que as metas são atingidas. A controlada TLA concedeu um bônus de longo prazo à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, o qual tem a sua variação atrelada a cotação das ações da LATAM *Airlines*, as despesas são registradas quando incorridas em contrapartida a uma obrigação com pessoal e são liquidadas exclusivamente com caixa próprio. *Plano de benefícios pós emprego:* A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado. A administração avalia anualmente a exposição aos riscos supracitados e verificou que para os exercícios de 2019 e 2018 não houve passivos atuariais a serem registrados decorrentes de obrigações de planos de benefício pós emprego. **4.20 Dividendos e juros sobre capital próprio:** A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia ou suas subsidiárias, quando houver, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido. **4.21. Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários registrados no balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Taxa final:			
Dólar americano (US$)	4,0307	3,8748	3,3080
Euro (€)	4,5305	4,4390	3,9693
Taxa média do período:			
Dólar americano (US$)	3,9461	3,6558	3,1925
Euro (€)	4,4159	4,3094	3,6089

4.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. O uso de estimativas, a adoção de premissas e exercício de julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras são, a saber: • valor justo de instrumentos financeiros (Nota 6.7); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis como vida útil definida, bem como a análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 17 e 18); • perdas de créditos estimadas das contas a receber (Nota 10.1); • provisão para perdas em estoques (Nota 11.1); • provisão para perda com ativos disponíveis para venda; • análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 15.4); • reconhecimento de receita de passagens emitidas e não utilizadas, bem como pontos vendidos e não trocados (*"breakage"*) (Nota 4.18); • provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 23); • determinação do prazo dos arrendamentos de contratos que possuam cláusulas de renovação ou rescisão; e • provisão para manutenção. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. **4.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: (i)** CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento contábil "IFRS 16 - *Leases*" adotados no Brasil, sob o CPC 06 (R2). A nova norma está vigente para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme pronunciamento anterior ("IAS 17"). A norma inclui duas isenções eletivas de reconhecimento para os arrendatários, que seriam os arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de ativos de curto prazo (aqueles arrendamentos que não apresentem uma opção de compra e que tenham prazos de vigência igual ou inferior a 12 meses). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo representando a obrigação total a pagar (passivo de arrendamento) e um ativo correspondente representando o direito de usar o bem objeto do contrato, durante o prazo do arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão remensurar o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos. O arrendatário deve geralmente reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia continua a reconhecer as despesas associadas aos contratos de arrendamento de curto prazo, bem como com os ativos subjacentes de baixo valor e dos contratos que contém pagamentos variáveis, de forma linear como uma despesa no resultado do exercício, conforme indicado pela exceção estabelecida no CPC 06 (R2). Ao estabelecer os termos do arrendamento, a Companhia avaliou os fatos ou circunstâncias relevantes que podem determinar o possível exercício das opções para prorrogar ou rescindir os contratos de arrendamento. Essas opções serão avaliadas em cada data de encerramento do exercício. Para a valoração do ativo por direito de uso e do passivo por arrendamentos, a Companhia determinou o valor presente dos pagamentos para arrendamentos não canceláveis, usando a taxa de juros incremental, considerando para o seu cálculo informações históricas sobre o financiamento da Companhia, variáveis de mercado, tipos de ativos, moeda, entre outros fatores. A Companhia contabilizou os impactos estimados decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultou na contabilização inicial em 1º de janeiro de 2019 de 22 contratos de arrendamento de equipamentos de voo, 26 contratos de bens e imóveis e 3 contratos de concessões aeroportuárias em seu balanço como direito de uso e respectivos passivos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Equipamentos de voo	251.300	(721.754)	(470.454)
Concessões aeroportuárias	153.667	(161.064)	(7.397)
Outros bens móveis	45.922	(55.328)	(9.406)
	450.889	**(938.146)**	**(487.257)**

Para os contratos de aeronaves, a Companhia avalia os impactos da estimativa dos custos de devolução, e que devem fazer parte da mensuração do direito de uso. Devido à adoção do CPC 06 (R2), a margem operacional está impactada pela eliminação das despesas de arrendamento e pelo aumento nas despesas com depreciação. Adicionalmente, o resultado financeiro está impactado pelo aumento das despesas com juros. *Aplicação das regras de Transição:* Como consequência da adoção do CPC 06 (R2), dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia aplicou a abordagem retrospectiva completa como método de transição, reapresentando as demonstrações financeiras comparativas, de acordo com as disposições do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro ("IAS 8"). Segue detalhado o efeito da adoção da norma no balanço patrimonial, demonstrações de resultado e fluxo de caixa, nos respectivos exercícios: (a) Efeito da adoção do IFRS 16 no balanço patrimonial dos exercícios anteriores:

Controladora	31/12/2018			Em 1º/01/2018			
Ativo	Publicado	Efeito CPC 06 (R2)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 47 e 48	Efeito CPC 06(R2)	Reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	953	-	953	10.420	-	-	10.420
Aplicações financeiras	3.212	-	3.212	4.676	-	-	4.676
Contas a receber	5	-	5	5	-	-	5
Tributos a recuperar	22.468	-	22.468	17.312	-	-	17.312
Demais contas a receber	113	-	113	208	-	-	208
	26.751	-	26.751	32.621	-	-	32.621
Não circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	54.919	-	-	54.919
Depósitos judiciais	155	-	155	246	-	-	246
Demais contas a receber	10	-	10	10	-	-	10
Investimento	2.389.399	(487.257)	1.902.142	534.070	(45.423)	(488.647)	-
Imobilizado	37	-	37	50	-	-	50
	2.389.601	(487.257)	1.902.344	589.295	(45.423)	(488.647)	55.225
Total do ativo	2.416.352	(487.257)	1.929.095	621.916	(45.423)	(488.647)	87.846

Controladora	31/12/2018			Em 1º/01/2018			
Passivo	Publicado	Efeito CPC 06 (R2)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 47 e 48	Efeito CPC 06 (R2)	Reapresentado
Circulante							
Empréstimos a pagar - mútuos	115	-	115	15.000	-	-	15.000
Salários e encargos sociais	327	-	327	316	-	-	316
Receitas diferidas	13	-	13	28	-	-	28
Impostos a recolher	10.490	-	10.490	1.831	-	-	1.831
	10.945	-	10.945	17.175	-	-	17.175
Não circulante							
Empréstimos a pagar - mútuos	2.978	-	2.978	2.978	-	-	2.978
Provisão para perdas com investimento	-	-	-	-	-	978.793	978.793
Dividendos a pagar	858	-	858	858	-	-	858
	3.836	-	3.836	3.836	-	978.793	982.629
	14.781	-	14.781	21.011	-	978.793	999.804
Patrimônio líquido							
Capital social	1.980.899	-	1.980.899	5.730.908	-	-	5.730.908
Reserva de capital	128.016	-	128.016	130.454	-	-	130.454
Reserva de lucros	-	-	-	18.851	-	-	18.851
Prejuízos acumulados	(249.363)	(487.257)	(736.620)	(5.851.207)	(45.423)	(1.467.440)	(7.364.070)
Ajuste de avaliação patrimonial	542.019	-	542.019	571.899	-	-	571.899
	2.401.571	(487.257)	1.914.314	600.905	(45.423)	(1.467.440)	(911.958)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.416.352	(487.257)	1.929.095	621.916	(45.423)	(488.647)	87.846

Consolidado	31/12/2018			Em 1º/01/2018			
Ativo	Publicado	Efeito CPC 06(R2)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 47 e 48	Efeito CPC 06 (R2)	Reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	874.948	-	874.948	777.464	-	-	777.464
Aplicações financeiras	1.234.999	-	1.234.999	1.561.226	-	-	1.561.226
Caixa restrito	10.083	-	10.083	5.338	-	-	5.338
Contas a receber	6.498.427	-	6.498.427	4.636.454	(22.810)	-	4.613.644
Estoques	472.641	-	472.641	365.869	-	-	365.869
Tributos a recuperar	609.799	-	609.799	391.492	-	-	391.492
Pré-pagamentos de manutenções	3.221	-	3.221	35.873	-	-	35.873
Demais contas a receber	1.936.815	-	1.936.815	155.073	45.252	-	200.325
Ativos disponíveis para venda	18.147	-	18.147	18.672	-	-	18.672
	11.659.080	-	11.659.080	7.947.461	22.442	-	7.969.903
Não circulante							
Caixa restrito	36.215	-	36.215	31.838	-	-	31.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.018.115	-	1.018.115	1.080.758	20.734	-	1.101.492
Depósitos judiciais	845.106	-	845.106	734.473	-	-	734.473
Demais contas a receber	2.982	-	2.982	8.585	-	-	8.585
Imobilizado	2.595.689	450.889	3.046.578	2.558.116	-	3.472.512	6.030.628
Intangível	552.456	-	552.456	460.214	-	-	460.214
	5.050.563	450.889	5.501.452	4.873.984	20.734	3.472.512	8.367.230
Total do ativo	16.709.643	450.889	17.160.532	12.821.445	43.176	3.472.512	16.337.133

Consolidado	31/12/2018			Em 1º/01/2018			
Passivo	Publicado	Efeito CPC 06 (R2)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 47 e 48	Efeito CPC 06(R2)	Reapresentado
Circulante							
Arrendamento mercantil	210.218	-	210.218	167.841	-	1.482.724	1.650.565
Fornecedores	6.464.157	-	6.464.157	3.972.169	-	-	3.972.169
Salários e encargos sociais	612.250	-	612.250	619.456	-	-	619.456
Receitas diferidas	2.974.612	-	2.974.612	3.524.780	105.372	-	3.630.152
Impostos a recolher	137.731	-	137.731	115.892	-	-	115.892
Provisão para manutenção	144.397	-	144.397	285.835	-	-	285.835
Outros passivos financeiros	24.523	-	24.523	-	-	-	-
Demais contas a pagar	56.686	-	56.686	153.338	-	-	153.338
	10.624.574	-	10.624.574	8.839.311	105.372	1.482.724	10.427.407
Não circulante							
Arrendamento mercantil	1.072.836	820.987	1.893.823	1.022.785	-	3.371.590	4.394.375
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	1.024.034	-	1.024.034	883.569	-	-	883.569
Empréstimos a pagar - mútuos	229.523	-	229.523	238.006	-	-	238.006
Provisão para manutenção	1.137.054	117.159	1.254.213	1.152.272	-	85.638	1.237.910
Dividendos a pagar	858	-	858	858	-	-	858
Demais contas a pagar	134.812	-	134.812	33	-	-	33
	3.599.117	938.146	4.537.263	3.297.523	-	3.457.228	6.754.751
	14.223.691	938.146	15.161.837	12.136.834	105.372	4.939.952	17.182.158
Patrimônio líquido							
Capital social	1.980.899	-	1.980.899	5.730.908	-	-	5.730.908
Reserva de capital	128.016	-	128.016	130.454	-	-	130.454
Reserva de lucros	-	-	-	18.851	-	-	18.851
Prejuízos acumulados	(249.363)	(487.257)	(736.620)	(5.851.207)	(45.423)	(1.467.440)	(7.364.070)
Ajuste de avaliação patrimonial	542.019	-	542.019	571.899	-	-	571.899
	2.401.571	(487.257)	1.914.314	600.905	(45.423)	(1.467.440)	(911.958)
Participação de acionistas não controladores	84.381	-	84.381	83.706	(16.773)	-	66.933
Total do passivo e patrimônio líquido	16.709.643	450.889	17.160.532	12.821.445	43.176	3.472.512	16.337.133

(b) Efeito da adoção do IFRS 16 na demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Controladora 31/12/2018			Consolidado 31/12/2018		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	17.706.753	-	17.706.753
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(15.312.663)	657.458	(14.655.205)
Lucro operacional bruto	-	-	-	2.394.090	657.458	3.051.548
Despesas com vendas	-	-	-	(1.364.676)	-	(1.364.676)
Despesas gerais e administrativas	(280)	-	(280)	(663.146)	3.622	(659.524)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	23.446	-	23.446
Lucro (prejuízo) operacional	(280)	-	(280)	389.714	661.080	1.050.794
Receitas financeiras	776	-	776	207.117	-	207.117
Despesas financeiras	(13.840)	-	(13.840)	(170.054)	(259.510)	(429.564)
Variação cambial líquida	(23)	-	(23)	(230.555)	(770.691)	(1.001.246)
Resultado de equivalência patrimonial	(126.892)	(369.121)	(496.013)	-	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(140.259)	(369.121)	(509.380)	196.222	(369.121)	(172.899)
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	(10.318)	-	(10.318)	(206.130)	-	(206.130)
Diferido	(54.919)	-	(54.919)	(81.889)	-	(81.889)
Lucro (Prejuízo) do período	(205.496)	(369.121)	(574.617)	(91.797)	(369.121)	(460.918)
Atribuído aos:						
Acionistas controladores	(205.496)	(369.121)	(574.617)	(205.496)	(369.121)	(574.617)
Acionistas não controladores	-	-	-	113.699	-	113.699
	(205.496)	(369.121)	(574.617)	(91.797)	(369.121)	(460.918)

(c) Efeito da adoção do IFRS 16 na demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora 31/12/2018			Consolidado 31/12/2018		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do período	(205.496)	(369.121)	(574.617)	(91.797)	(369.121)	(460.918)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades:						
Depreciações e amortizações	13	-	13	388.977	1.156.375	1.545.352
Juros, atualizações monetárias e variações cambiais sobre ativos e passivos	-	-	-	91.427	(787.254)	(695.827)
Ganho (perda) de equivalência patrimonial	126.892	369.121	496.013	-	-	-

Análise dos contratos de arrendamento: Após a introdução da norma, a Companhia mantém seu processo de avaliação dos contratos de arrendamento em vigor. Abaixo demonstramos a quantidade de contratos vigentes e que são afetados pela adoção da norma:

	01/01/2018	31/12/2018	01/01/2019	31/12/2019
Motores e APU's (a)	44	44	-	-
Aeronaves (a)	129	131	22	12
Concessões aeroportuárias	3	3	3	3
Imóveis	23	23	26	26

(a) Como parte dessa avaliação, determinados contratos de arrendamentos de motores, APU's e aeronaves sofreram alteração da modalidade de pagamento, passando de fixos para condições de pagamento totalmente variáveis, entre a Companhia e seus fornecedores. Dessa forma, tais contratos não se enquadraram no escopo do CPC 06 (R2). **(ii)** ICPC22 - "Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro": Em junho de 2017, o IASB emitiu o "IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*" (ICPC 22), que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 - Income Taxes ("Tributos sobre o lucro") quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir melhor resolução da incerteza. A IFRIC 23 (ICPC 22) vigora para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia estabeleceu processos e procedimentos para obter as informações necessárias para aplicação da interpretação e concluiu que não há impactos significativos ou necessidade de divulgações adicionais nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes da aplicação desta norma. **(iii)** CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa: De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente" pagamentos de principal e juros sobre o principal em "aberto" (critérios SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **(iv)** Outras normas: As demais normas emitidas e/ou alteradas em 2019 foram: (i) CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; (ii) CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iii) CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, e Melhoras anuais - Ciclo 2015 - 2017 das normas CPC 15 (R1), CPC 19 (R2), CPC 32 e CPC 20 (R1). A Administração entende que estas demais normas emitidas e/ou revisadas em 2019 não tiveram impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Não é esperado que a emissão do pronunciamento técnico revisado CPC 11 - Contratos de Seguros, as alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de negócios, e as alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8 - Definição de omissão material, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

5. INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS DO GRUPO: Em 4 de setembro de 2018, a controlada TAM Linhas Aéreas S.A. endereçou uma correspondência ao conselho de administração e diretoria executiva da Multiplus S.A., empresa controlada pelo Grupo, informando que a TAM S.A.: (i) não pretendia prorrogar ou renovar o Contrato Operacional firmado entre as partes; e que (ii) realizaria uma Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da controlada ("OPA") para fins de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado. A correspondência ainda informava que, com a concretização do processo da OPA e o consequente fechamento de capital da controlada, a administração da TAM S.A. tinha intenção de, em seguida, combinar os negócios da Multiplus S.A. e da TAM Linhas Aéreas S.A. Para elaboração do laudo de avaliação da MPLU, a TAM S.A. contratou a *Credit Suisse*, que além de elaborar o laudo, foi a empresa responsável por conduzir o processo da OPA em atendimento a legislação societária vigente. Em 1º de março de 2019, foi concedido à Multiplus, por parte da CVM, o registro da OPA para fins de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado. Em atendimento ao disposto no artigo 21, do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, em 14 de março de 2019, o conselho de administração da controlada manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data; e com essa decisão, em 15 de março de 2019, foi publicado no website da Multiplus o "Formulário de Manifestação Expressa" em relação ao cancelamento de registro de companhia aberta e aceitação da oferta de aquisição de ações - instrumento pelo qual os acionistas minoritários informam seu interesse em alienar suas ações e também declaram ter ciência das condições da OPA. Com a concretização do processo da OPA, que se encerrou em 30 de abril de 2019, a controlada TLA incorreu em um custo total na compra das ações ordinárias, que estavam em circulação no mercado, no montante de R$1.139.217, representando 26,08% de participação no capital social da MPLU. O valor de aquisição consiste em: (i) R$1.117.847, correspondente ao montante desembolsado pela Companhia na aquisição de 41.648.531 ações ordinárias, com preço unitário de R$ 26,84; e (ii) R$21.370, correspondente aos gastos incrementais incorridos no processo da OPA, os quais atendem aos critérios para reconhecimento do respectivo montante como custo de aquisição de investimento. Em decorrência da compra das ações de controlada do Grupo, a TLA reconheceu em seu balanço individual um investimento no montante de R$87.268, correspondente a sua participação no capital da Multiplus, de acordo com o valor do laudo de acervo líquido patrimonial mencionado adiante, e um ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$1.051.949, como parte integrante do investimento. Em 6 de maio de 2019, a CVM enviou comunicado à administração da Multiplus e da TAM S.A. confirmando a obtenção do cancelamento do registro de companhia aberta; com isso, a TLA deu início ao processo de incorporação da MPLU. Para determinação do acervo líquido a valor contábil, a TLA contratou empresa terceira especializada para elaboração do laudo de avaliação do acervo patrimonial líquido, com data-base de 31/03/2019, cujo acervo apurado foi no montante de R$334.613. As variações patrimoniais entre a data do laudo e a data do evento da incorporação, foram apuradas com base no balanço da controlada encerrado em 31/05/2019, e registradas como uma variação do ágio apurado na aquisição das ações, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ativo	(a) 31/03/2019	Variação	31/05/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.029	1.842	2.871
Aplicações financeiras	1.112.663	(190.798)	921.865
Contas a receber	414.635	19.947	434.582
Tributos a recuperar	36.773	3.044	39.817
Adiantamentos a fornecedores	6.487	2.806	9.293
	1.571.587	**(163.159)**	**1.408.428**
Não circulante			
Depósitos judiciais	369	4	373
Investimentos	1.222	148	1.370
Imobilizado	3.759	(372)	3.387
Intangível	173.852	(2.833)	171.019
	179.202	**(3.053)**	**176.149**
Total do ativo	**1.750.789**	**(166.212)**	**1.584.577**

Passivo	(a) 31/03/2019	Variação	31/05/2019
Circulante			
Fornecedores	(214.278)	146.742	(67.536)
Salários e encargos sociais	(17.686)	3.279	(14.407)
Impostos, taxas e contribuições	(273)	(63)	(336)
Direitos de resgates de prêmios	(1.123.049)	(31.598)	(1.154.647)
Adiantamento a clientes	(47.041)	30.219	(16.822)
Outras contas a pagar	(274)	155	(119)
	(1.402.601)	**148.734**	**(1.253.867)**
Não circulante			
Provisões para riscos tributários e cíveis	(1.044)	-	(1.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.531)	(1.881)	(14.412)
	(13.575)	**(1.881)**	**(15.456)**
Total do passivo	**(1.416.176)**	**146.853**	**(1.269.323)**
Acervo líquido contábil	**334.613**		**315.254**
Variação do ágio apurado		**(19.359)**	

(a) Valores em acordo com o laudo de avaliação patrimonial elabora por empresa terceira especializada. Em 31 de maio de 2019, foi aprovada, em reunião do conselho administrativo da TSA, a incorporação da controlada Multiplus S.A. pela TAM Linhas Aéreas S.A. Em 01 de junho de 2019, como resultado da incorporação, a TLA registrou um aumento de capital social no montante de R$ 247.345 e o ágio gerado na aquisição do investimento foi transferido para o grupo de reservas de capital, reduzindo o patrimônio líquido da Companhia no montante de R$1.071.309. A incorporação da controlada Multiplus S.A. pela TAM Linhas Aéreas S.A. não gerou efeitos significativos sobre o reconhecimento e mensuração das principais transações do Programa de Fidelidade apresentados nestas demonstrações financeira, exceto pelo item divulgado na Nota 26.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS: As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam o Grupo. **6.1. Administração do risco de liquidez:** A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2019, exceto operações de mútuo com a controladora LATAM e suas subsidiárias:

Controladora 31/12/2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivo financeiros não derivativos:						
Fornecedores	349	-	-	-	349	**349**

Controladora 31/12/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivo financeiros não derivativos:						
Fornecedores	327	-	-	-	327	**327**

Consolidado 31/12/2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivo financeiros não derivativos:						
Arrendamento mercantil	917.805	554.515	243.219	42.243	1.757.782	**1.707.634**
Fornecedores	7.565.284	-	-	-	7.565.284	**7.565.284**

Consolidado 31/12/2018 Reapresentado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivo financeiros não derivativos:						
Arrendamento mercantil	396.232	1.141.657	568.949	71.916	2.178.754	**2.104.041**
Fornecedores	6.226.515	-	-	-	6.226.515	**6.226.515**

6.2. Administração do risco de crédito: A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo: • O risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda se destaca a pulverização da carteira de clientes, incluindo agências de viagens, e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e • O risco de crédito das aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Safra. Adicionalmente, a Companhia adota postura conservadora na aplicação de seus recursos, mantendo-os em investimento com carteira concentrada em títulos de renda fixa e ratings elevados. **6.3. Administração de risco de taxa de juros:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (*Clearing* B3) em 31 de dezembro de 2019, os quais indicavam as seguintes taxas como cenário provável:

Controladora 31/12/2019 Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Caixa e equivalentes de caixa	**587**	CDI	4,40%	**613**	**620**	**626**
Aplicações financeiras	**1.704**	CDI	4,40%	**1.779**	**1.798**	**1.817**
Depósitos judiciais	**92**	SELIC	4,50%	**96**	**97**	**98**
	2.383			**2.488**	**2.515**	**2.541**
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				**105**	**132**	**158**

Controladora 31/12/2018 - Reapresentado Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	171	CDI	6,40%	182	196	199
Aplicações financeiras	3.212	CDI	6,40%	3.418	3.691	3.746
Depósitos judiciais	155	SELIC	6,50%	165	178	181
	3.538			3.764	4.066	4.126
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				226	528	588

Consolidado 31/12/2019 Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	**707.788**	CDI	4,40%	**738.931**	**746.717**	**754.503**
Aplicações financeiras	**1.540.026**	CDI	4,40%	**1.607.787**	**1.624.727**	**1.641.668**
Depósitos judiciais	**946.358**	SELIC	4,50%	**988.944**	**999.591**	**1.010.237**
Arrendamento mercantil	**(1.707.634)**	LIBOR	2,00%	**(1.741787)**	**(1.750.325)**	**(1.758.864)**
	1.486.538			**1.593.875**	**1.620.710**	**1.647.544**
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				**107.337**	**134.172**	**161.006**

Consolidado 31/12/2018 - Reapresentado Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	284.430	CDI	6,40%	302.634	307.185	311.736
Aplicações financeiras	1.234.999	CDI	6,40%	1.314.039	1.333.799	1.353.559
Depósitos judiciais	845.106	SELIC	6,50%	900.038	913.771	927.504
Arrendamento mercantil	(2.104.041)	LIBOR	2,88%	(2.164.637)	(2.179.786)	(2.194.935)
	260.494			352.074	374.969	397.864
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				91.580	114.475	137.370

6.4. Administração de riscos cambiais: Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Ativos denominados em moedas estrangeiras		
Caixa e equivalente de caixa	**502.292**	471.763
Contas a receber de partes relacionadas	**5.266.211**	4.455.498
Contas a receber	**103.188**	179.148
Pré-pagamentos de manutenções	**-**	3.221
Outros ativos financeiros	**83.877**	-
Adiantamento a fornecedores	**890.906**	-
Demais contas a receber	**2.015.351**	1.738.026
Caixa restrito	**16.786**	46.298
Passivos denominados em moedas estrangeiras		
Arrendamento mercantil	**(1.707.634)**	(2.104.041)
Fornecedores	**(183.862)**	(1.413.588)
Fornecedores partes relacionadas	**(4.238.842)**	(3.675.000)
Outros passivos financeiros	**-**	(24.523)
Provisão para manutenção	**(1.344.311)**	(1.398.610)
Mútuos a pagar	**(619.027)**	(467.165)
Exposição cambial, líquida	**784.935**	(2.188.973)
Exposição cambial, líquida em US$	**194.739**	(564.925)

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilações cambiais, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade das variações do câmbio em relação a paridade do R$ para US$, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado 31/12/2019 Paridade - R$ x US$	Cenário atual	Cenário 1 apreciação 25%	Cenário 2 apreciação 50%	Cenário 3 depreciação -25%	Cenário 4 depreciação -50%
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	**502.292**	376.720	251.147	627.867	753.441
Contas a receber de partes relacionadas	**5.266.211**	3.949.658	2.633.105	6.582.763	7.899.315
Contas a receber	**103.188**	77.392	51.595	128.987	154.785
Outros ativos financeiros	**83.877**	62.909	41.939	104.849	125.818
Adiantamento a fornecedores	**890.906**	668.179	445.453	1.113.632	1.336.358
Demais contas a receber	**2.015.351**	1.511.513	1.007.675	2.519.188	3.023.025
Caixa restrito	**16.786**	12.591	8.394	20.985	25.182
Passivo					
Arrendamento mercantil	**(1.707.634)**	(1.280.726)	(853.817)	(2.134.543)	(2.561.451)
Fornecedores	**(183.862)**	(137.895)	(91.930)	(229.825)	(275.791)
Fornecedores partes relacionadas	**(4.238.842)**	(3.179.131)	(2.119.421)	(5.298.552)	(6.358.262)
Provisão para manutenção	**(1.344.311)**	(1.008.233)	(672.156)	(1.680.389)	(2.016.467)
Mútuos a pagar	**(619.027)**	(464.270)	(309.513)	(773.784)	(928.540)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		**(196.228)**	**(392.464)**	**196.243**	**392.478**

Consolidado 31/12/2018 (Reapresentado) Paridade - R$ x US$	Cenário atual	Cenário 1 apreciação 25%	Cenário 2 apreciação 50%	Cenário 3 depreciação -25%	Cenário 4 depreciação -50%
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	471.763	353.823	235.882	589.706	707.647
Contas a receber de partes relacionadas	4.455.498	3.341.623	2.227.748	5.569.371	6.683.245
Contas a receber	179.148	134.361	89.574	223.934	268.721
Outros ativos financeiros	3.221	2.415	1.610	4.025	4.830
Demais contas a receber	1.738.026	1.303.520	869.013	2.172.533	2.607.039
Caixa restrito	46.298	34.722	23.148	57.870	69.444
Passivo					
Arrendamento mercantil	(2.104.041)	(1.578.030)	(1.052.020)	(2.630.050)	(3.156.059)
Fornecedores	(1.413.588)	(1.060.192)	(706.795)	(1.766.986)	(2.120.384)
Fornecedores partes relacionadas	(3.675.000)	(2.756.250)	(1.837.500)	(4.593.750)	(5.512.500)
Outros passivos financeiros	(24.523)	(18.393)	(12.262)	(30.655)	(36.785)
Provisão para manutenção	(1.398.610)	(1.048.957)	(699.305)	(1.748.261)	(2.097.914)
Mútuos a pagar	(467.165)	(350.374)	(233.583)	(583.957)	(700.748)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		547.241	1.094.483	(547.247)	(1.094.491)

6.5. Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível: Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o combustível de aviação, que, por sua vez, tem seu preço intrinsicamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US$59.58 (cinquenta e nove dólares e cinquenta e oito centavos) em 31 de dezembro de 2019 (US$68.46 em 31 de dezembro de 2018) projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

	Controladora e Consolidado 31/12/2019
Impacto no resultado e no patrimônio líquido: Impacto no resultado e no patrimônio líquido:	
Incremento de 25%	1.514.199
Incremento de 50%	3.028.398
Redução de 25%	(1.514.199)
Redução de 50%	(3.028.398)

6.6. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Empréstimos e recebíveis				
Mensurados ao custo:				
Contas a receber	**5**	**5**	**7.421.347**	6.498.427
Pré-pagamentos de manutenções	**-**	**-**	**-**	3.221
Depósitos judiciais	**92**	**155**	**946.358**	845.106
Adiantamento a fornecedores	**-**	**-**	**1.054.697**	55.508
Demais contas a receber	**189**	**123**	**2.086.307**	1.780.950
Outros créditos	**-**	**-**	**228.279**	103.339
Arrendamento mercantil	**-**	**-**	**(1.707.634)**	(2.104.041)
Fornecedores	**(349)**	**(327)**	**(7.565.284)**	(6.226.515)
Empréstimos a pagar - Mútuos	**(18.981)**	**(3.093)**	**(619.027)**	(467.165)
Adiantamento de clientes	**-**	**-**	**(533.181)**	-
Demais contas a pagar	**-**	**-**	**(85.051)**	(191.498)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Equivalentes de caixa	**765**	**730**	**860.185**	394.035
Aplicações financeiras	**1.704**	**3.212**	**1.540.026**	1.234.999
Caixa restrito	**-**	**-**	**40.227**	46.298
Mensurados ao valor justo por meio do patrimônio líquido:				
Swap de combustível	**-**	**-**	**83.877**	(24.523)

6.7. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação: • Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2019. A tabela a seguir demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

Controladora	31/12/2019 Nível 1	31/12/2019 Nível 2	31/12/2019 Total	31/12/2018 Nível 1	31/12/2018 Nível 2	31/12/2018 Total
Ativo						
Equivalentes de caixa	765	-	765	730	-	730
Aplicações financeiras	1.704	-	1.704	3.212	-	3.212
	2.469	**-**	**2.469**	3.942	-	3.942

Consolidado	31/12/2019 Nível 1	31/12/2019 Nível 2	31/12/2019 Total	31/12/2018 Nível 1	31/12/2018 Nível 2	31/12/2018 Total
Ativo						
Equivalentes de caixa	860.185	-	860.185	394.035	-	394.035
Aplicações financeiras	1.540.026	-	1.540.026	1.234.999	-	1.234.999
Caixa restrito	40.227	-	40.227	46.298	-	46.298
Swap de combustível	-	83.877	83.877	-	-	-
	2.440.438	**83.877**	**2.524.315**	1.675.332	-	1.675.332
Passivo						
Swap de combustível	-	-	-	-	24.523	24.523
	-	-	-	467.165	24.523	491.688

6.8. Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros: Não estão incluídos na tabela abaixo ativos e passivos financeiros cujo valor contábil basicamente reflita uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018 Reapresentado	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018 Reapresentado
Arrendamento mercantil	**1.707.634**	2.104.041	**1.757.782**	2.178.754
	1.707.634	2.104.041	**1.757.782**	2.178.754

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Caixa e bancos				
Dólar norte-americano	**-**	-	**127.787**	163.278
Reais	**236**	223	**76.429**	118.755
Euro	**-**	-	**22.312**	22.042
Renminbi - China	**-**	-	**111.797**	66.699
Dólar canadense	**-**	-	**29.374**	21.474
Rupia hindú	**-**	-	**18.179**	17.932
Outras moedas	**-**	-	**40.446**	70.733
	236	223	**426.324**	480.913
Equivalente de caixa				
Em reais:				
Fundo de investimento	**587**	171	**657.704**	11.996
Certificado de depósito bancário	**-**	-	**338**	22.633
Overnight	**178**	559	**49.746**	249.801
	765	730	**707.788**	284.430
Em Dólar norte-americano				
Depósito a prazo	**-**	-	**121**	116
Overnight	**-**	-	**9.488**	109.489
Fundos de investimento	**-**	-	**142.788**	-
	-	-	**152.397**	109.605
	1.001	953	**1.286.509**	874.948

O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, observado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reflete principalmente o melhor desempenho operacional da Companhia, ocasionando um aumento nas receitas do grupo no Brasil. A variação observada na linha *Overnight* (em Reais) é decorrente de recebimentos de receitas em 31 de dezembro de 2018 e não transferidos para os fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em fundos de investimentos estavam sendo remuneradas à taxa média ponderada de 92,19% do CDI (108,05% em 31 de dezembro de 2018).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Fundo de investimento aberto	-	-	-	131.030
Fundo de investimento exclusivo	1.704	3.212	1.540.026	901.365
Fundos cambiais/estruturados	-	-	-	202.604
	1.704	3.212	**1.540.026**	1.234.999

As aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos restritos e exclusivos, remunerados à taxa média ponderada de 92,19% da taxa do CDI no período findo de 31 de dezembro de 2019 (108,22% em 31 de dezembro de 2018). Não há carências para efetuar o resgate das cotas, exceto pelos fundos com liquidação D+7*.

* A Companhia detém, como política interna, aplicação limite de até 20% do caixa disponível para aplicação em fundos que possuem carência. Atualmente, apenas um fundo de investimento é mantido nesta modalidade.

9. CAIXA RESTRITO

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Garantia judicial (a)	**23.441**	-
Garantias aeroportuárias (b)	**16.786**	46.298
	40.227	46.298
Circulante	**5.417**	10.083
Não circulante	**34.810**	36.215

(a) Contrato de prestação de serviços de centralização de recebimento e levantamento de alvarás judiciais com a Caixa Econômica Federal. (b) A Companhia mantém garantias para operação em aeroportos internacionais, como é o caso de alguns países na Europa e nos Estados Unidos da América. A queda no montante é relativa principalmente ao vencimento de garantias no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, bem como pela substituição dessas garantias por cartas fianças.

10. CONTAS A RECEBER

Consolidado	31/12/2019 Nacionais	31/12/2019 Internacionais	31/12/2019 Total	31/12/2018 Nacionais	31/12/2018 Internacionais	31/12/2018 Total
Cartões de crédito	**1.538.088**	**71.024**	**1.609.112**	1.316.836	138.263	1.455.099
Cartões de débito	**46**	**2.854**	**2.900**	35.489	-	35.489
Crédito direto	**494.529**	**11.800**	**506.329**	554.634	24.807	579.441
Documentos por cobrar	**154.072**	**5.443**	**159.515**	120.772	5.303	126.075
IATA	**92.668**	**12.067**	**104.735**	38.449	10.775	49.224
	2.279.403	**103.188**	**2.382.591**	2.066.180	179.148	2.245.328
Partes relacionadas (Nota 25.1)	**1.855**	**5.266.211**	**5.268.066**	2.649	4.455.498	4.458.147
	2.281.258	**5.369.399**	**7.650.657**	2.068.829	4.634.646	6.703.475
Perdas estimadas de crédito	**(228.176)**	**(1.134)**	**(229.310)**	(194.292)	(10.756)	(205.048)
	2.053.082	**5.368.265**	**7.421.347**	1.874.537	4.623.890	6.498.427

10.1. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	**(205.048)**	(162.742)
Adoção inicial CPC 48	**-**	(22.810)
Constituição de provisão	**(86.897)**	(79.748)
Perda efetiva	**43.936**	24.598
Recuperação de créditos provisionados	**18.699**	35.654
Saldo ao final do período	**(229.310)**	(205.048)

A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em "despesas com vendas" na demonstração do resultado. **10.2. Composição do saldo de contas a receber de terceiros por vencimento:**

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	**2.015.314**	1.932.839
Vencidos:		
Até 60 dias	**50.016**	98.989
De 61 a 90 dias	**54.963**	27.732
De 91 a 180 dias	**29.267**	22.429
De 181 a 360 dias	**32.151**	27.454
Há mais de 360 dias	**200.880**	135.885
	2.382.591	2.245.328

11. ESTOQUES

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Peças e materiais para manutenção e reparos (a)	**824.598**	504.506
Outros estoques (b)	**45.134**	41.362
	869.732	545.868
(-) Provisões para perdas	**(56.456)**	(73.227)
	813.276	472.641

(a) No período ocorreram compras de peças e materiais em decorrência dos projetos conectividade, modificação de assentos nas cabines, manutenções e reparos das aeronaves, além do aumento da frota. (b) Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques. **11.1. Movimentação das provisões para perdas de estoques:** Os itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização, conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	**(73.227)**	(82.838)
Constituição de provisão	**(25.831)**	(33.835)
Consumo de provisão	**42.602**	43.446
Saldo ao final do período	**(56.456)**	(73.227)

A Administração avaliou que o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
ICMS	**-**	-	**162.709**	157.355
PIS e COFINS (a)	**-**	-	**88.870**	155.709
IRPJ e CSLL (a)	**14.000**	22.468	**109.464**	194.999
Impostos a recuperar no exterior	**-**	-	**38.621**	56.200
Demais tributos (b)	**-**	-	**123.437**	45.536
	14.000	22.468	**523.101**	609.799

(a) A redução dos saldos do PIS, da COFINS, do IRPJ e da CSLL é decorrente principalmente pela utilização dos créditos apurados em 31 de dezembro de 2018. (b) O aumento dos saldos é decorrente dos créditos previdenciários e trabalhistas reconhecidos no exercício.

13. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento *subleasing* LATAM (Nota 25)	**890.906**	-
Adiantamentos a fornecedores	**163.791**	55.508
	1.054.697	55.508

14. DEMAIS CONTAS A RECEBER

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
LATAM Peru S.A. (a)	**688.237**	455.284
LAN Argentina S.A. (a)	**286.225**	817.603
LAN PAX Group S.A. (a)	**1.040.889**	465.139
Outras	**70.956**	42.924
	2.086.307	1.780.950
Ativo circulante	**2.084.175**	1.777.968
Ativo não circulante	**2.132**	2.982

(a) Conforme mencionado na Nota 24, a Companhia recebeu um aporte de capital por meio da cessão de contas a receber de partes relacionadas, cujo prazo para recebimento é inferior a 12 meses.

continua...

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: 15.1. Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos: O Diferido não constituído teve um aumento considerável pela diferenças temporárias apuradas no exercício. Na linha de "Outros" o efeito da variação é devido aos registros dos efeitos contábeis originados das receitas estimadas de *breakage* de pontos do programa de fidelidade (resultado) e de saldos relativos à incorporação da Multiplus (patrimônio líquido).

	31/12/2018	Patrimônio líquido	Resultado	31/12/2019
Prejuízo fiscal	351.541	-	(45.953)	305.588
Base negativa da contribuição social	145.787	-	(16.260)	129.527
	497.328	-	(62.213)	435.115
Diferenças temporárias:				
Provisão para devedores duvidosos e demais contas a receber	23.644	-	11.693	35.337
Provisão para perdas em estoque	24.897	-	(5.702)	19.195
Provisão para perdas de bens disponíveis para venda	6.452	-	1.820	8.272
Provisão para manutenção e reparo	470.638	-	(78.924)	391.714
Provisão para bônus e PLR	20.171	-	15.775	35.946
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	279.179	-	49.058	328.237
Adoção CPC 6 (R2)	166.309	-	(10.790)	155.519
Adoção CPC 47 (IFRS 15)	10.956	-	(10.354)	602
Outras	25.865	274.719	(157.376)	143.208
Subtotal	1.525.439	274.719	(247.013)	1.553.145
(-) Provisão para perdas em impostos diferidos	(507.324)	(274.719)	180.833	(601.210)
TOTAL	1.018.115	-	(66.180)	951.935
Saldo de empresas incorporadas				
Imposto líquido no resultado			(66.180)	

15.2. Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 Reapresentado	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	685.633	(509.380)	988.814	(172.899)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(233.115)	173.189	(336.197)	58.786
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	238.628	(168.644)	-	-
Despesas indedutíveis			(164.042)	(88.460)
Resultado de investidas no exterior sediadas em Cayman	(15.022)	(18.224)	(40.573)	(94.314)
Ativos Fiscais Diferidos não reconhecidos	2.853	(55.789)	174.930	(142.014)
Outros	24	4.231	81.067	(22.017)
Resultado com impostos	(6.632)	(65.237)	(284.815)	(288.019)
Imposto de renda e contribuição social corrente (1)	(6.632)	(10.318)	(218.635)	(206.130)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(54.919)	(66.180)	(81.889)
Alíquota efetiva	1,0%	(12,8%)	28,8%	(166,6%)

15.3. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: A Companhia vem registrando novos créditos de ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa de CSLL e diferenças temporárias. Para fins de apresentação, é demonstrada a movimentação dos saldos de diferido, porém, tal movimentação é anulada pela provisão para realização do Imposto Diferido. Os montantes não registrados são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
TSA	42.196	49.524
TLA	534.359	434.522
ABSA	24.655	23.278

15.4. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido: A Companhia avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o ativo fiscal diferido será realizado. Ao fazer essa determinação, a Administração considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem: • os resultados tributários históricos; • o cenário econômico brasileiro e global; • o orçamento elaborado pela Administração; • as taxas US$ projetadas; • estimativa de preços dos combustíveis; • as expectativas de demanda e de oferta feita no mercado brasileiro; • os projetos transformacionais da Companhia relacionados principalmente a busca de novas oportunidades e redução de custos; • a simulação de diversos cenários de estresse; e • o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis. Em 31 de dezembro de 2019, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram totalmente registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais. O reconhecimento do ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem que irão contribuir para a geração de resultados tributáveis futuros. Apresenta-se a seguir a expectativa de realização de impostos diferidos com base nas premissas anteriores:

Ano	31 de dezembro de 2019
2020	192.555
2021	171.162
2022 em diante	588.218

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS: A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

Controladora

	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2019
Bloqueios judiciais	155	1.010	(1.073)	-	92
	155	1.010	(1.073)	-	92

Controladora

	31/12/2017	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2018
Bloqueios judiciais	246	6.070	(6.161)	-	155
	246	6.070	(6.161)	-	155

Consolidado

	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2019
Fundo aeroviário	418.336	-	-	15.279	433.615
Cíveis	47.127	5.101	(8.366)	1.969	45.831
Trabalhistas	103.482	83.534	(88.972)	-	98.044
Tributários e previdenciários	255.926	109.973	(12.081)	(6.607)	347.211
Bloqueios judiciais	20.235	159.291	(157.869)	-	21.657
	845.106	357.899	(267.288)	10.641	946.358

Consolidado

	31/12/2017	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2018
Fundo aeroviário	401.968	-	-	16.368	418.336
Cíveis	54.006	7.501	(17.012)	2.632	47.127
Trabalhistas	103.903	55.204	(55.625)	-	103.482
Tributários e previdenciários	156.328	93.684	(4.575)	10.489	255.926
Bloqueios judiciais	18.268	187.889	(185.922)	-	20.235
	734.473	344.278	(263.134)	29.489	845.106

17. INVESTIMENTOS: 17.1. Composição dos saldos:

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Participação em empresas controladas	3.589.372	1.902.142

17.2. Movimentação dos investimentos diretos:

	TAM Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Multiplus S.A.	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Total
31 de dezembro de 2017	188.090	87.237	1.695	150.573	2.066	104.409	534.070
Ajuste por adoção inicial CPC 47 e 48	3.871	818	219	(44.874)	-	(5.455)	(45.421)
Ajuste por adoção inicial CPC 06 (R2)	(1.471.474)	-	-	-	-	4.034	(1.467.440)
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	(1.279.513)	88.055	1.914	105.699	2.066	102.988	(978.791)
Aumento de capital	2.330.405	-	-	-	-	-	2.330.405
Recompra de ações	-	-	-	(2.438)	-	-	(2.438)
Hedge de fluxo de caixa	(56.274)	-	-	-	-	-	(56.274)
Resultado de equivalência patrimonial	(815.425)	52.493	374	295.989	2.287	(31.731)	(496.013)
Constituição de reserva de reavaliação	-	2.829	-	-	-	-	2.829
Ajuste acumulado de conversão	-	8.274	-	-	-	16.789	25.063
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(24.068)	-	(247.875)	-	-	(271.943)
Ajuste por adoção inicial CPC 06 (R2)	1.357.670	-	-	-	-	(8.366)	1.349.304
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	1.536.863	127.583	2.288	151.375	4.353	79.680	1.902.142
Aumento de capital	2.023.943	-	-	-	-	-	2.023.943
Resultado de equivalência patrimonial	610.676	31.044	1.713	107.212	120	(48.918)	701.847
Aumento de capital via transferência de investimento	247.346	-	-	(247.346)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(39.949)	-	-	-	-	(39.949)
Equivalência patrimonial via patrimônio líquido (a)	(989.014)	(4.062)	-	(11.241)	-	5.706	(998.611)
31 de dezembro de 2019	3.429.814	114.616	4.001	-	4.473	36.468	3.589.372

(a) Equivalência patrimonial diretamente registrado no patrimônio líquido da TAM S.A. referente ao ágio na aquisição de participação de não controladores e aos saldos de movimentação de outros resultados abrangentes.

17.3 Informações sobre empresas controladas:

31/12/2019

	TAM Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Multiplus S.A. (a)	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Total
Capital social	4.716.168	-	30	-	191	50.696	4.767.085
Quantidade de ações ou quotas - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	-	1.000	4.060.702	-
Quantidade de ações ou quotas - total possuídas ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	-	1.000	4.060.702	-
% Participação:							
Capital votante	100%	94,98%	100%	-	100%	100%	-
Capital votante	100%	94,98%	100%	-	100%	100%	-
Patrimônio líquido	3.429.814	120.676	4.001	-	4.473	36.468	-
	3.429.814	114.616	4.001	-	4.473	36.468	3.589.372
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	610.676	32.685	1.713	130.621	120	(48.918)	-
Resultado de equivalência patrimonial	610.676	31.044	1.713	107.212	120	(48.918)	701.847

(a) O resultado de equivalência apurado, no montante de R$107.212, corresponde à participação no resultado da controlada de três meses, com percentual de participação de 72,74%, e dois meses de resultado com percentual de 100% de participação, após aquisição das ações detidas pelos acionistas não controladores (Nota 5).

31/12/2018 (Reapresentado)

	TAM Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Multiplus S.A.	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Total
Capital social	2.444.879	-	30	108.300	191	50.696	2.604.096
Quantidade de ações ou quotas - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Quantidade de ações ou quotas - total possuídas ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% Participação:							
Capital votante	100%	94,98%	100%	72,74%	100%	100%	-
Capital votante	100%	94,98%	100%	72,74%	100%	100%	-
Patrimônio líquido	1.536.863	134.326	2.288	208.104	4.353	79.680	-
Valor do investimento	1.536.863	127.583	2.288	151.375	4.353	79.680	1.902.142
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(815.425)	55.267	374	406.914	2.287	(31.731)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(815.425)	52.493	374	295.989	2.287	(31.731)	(496.013)

18. IMOBILIZADO: A movimentação do ativo imobilizado é apresentada a seguir:

Consolidado

Custo	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2018	(+) Adição (b)	(-) Baixa	(+/-) Transferência	31/12/2019
Terrenos		41.991	159	(294)	-	41.856
Edifícios		235.493	201	-	-	235.694
Equipamentos de voo		4.590.249	723.157	(204.196)	12.337	5.121.547
Computadores e periféricos		248.316	9.475	(1.027)	11	256.775
Máquinas e equipamentos		114.612	2.049	-	(14)	116.647
Imobilizações em andamento		18.765	38.733	(885)	(9.869)	46.744
Outros		560.708	11.473	(1.036)	9.140	580.285
Direito de uso - frota (a)		356.231	90	(83.430)	-	272.891
Direito de uso - não frota (a)		238.322	19.332	(4.072)	-	253.582
		6.404.687	804.669	(294.940)	11.605	6.926.021
Depreciação						
Edifícios	2,88	(91.576)	(7.027)	-	-	(98.603)
Equipamentos de voo	3,94	(2.440.995)	(180.699)	118.482	530	(2.502.682)
Computadores e periféricos	4,71	(223.402)	(12.328)	-	-	(235.730)
Máquinas e equipamentos	5,15	(94.816)	(5.924)	763	-	(99.977)
Outros	6,41	(363.655)	(35.921)	372	(142)	(399.346)
Direito de uso - frota (a)	23,90	(105.148)	(85.151)	30.355	-	(159.944)
Direito de uso - não frota (a)	8,81	(38.517)	(20.994)	3.204	-	(56.307)
		(3.358.109)	(348.044)	153.176	388	(3.552.589)
Imobilizado líquido		3.046.578	456.625	(141.764)	11.993	3.373.432

Consolidado

Custo	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2017	(+) Adição	(-) Baixa	(+/-) Transferência	31/12/2018 (Reapresentado)
Terrenos		41.334	688	(31)	-	41.991
Edifícios		235.888	1.740	(1.431)	(704)	235.493
Equipamentos de voo		4.405.168	392.991	(182.338)	(25.572)	4.590.249
Computadores e periféricos		244.151	5.695	(1.550)	20	248.316
Máquinas e equipamentos		113.891	878	-	(157)	114.612
Imobilizações em andamento		25.166	8.667	(33)	(15.035)	18.765
Outros		513.024	6.842	-	40.842	560.708
Direito de uso - frota (a)		-	4.163.306	(3.807.075)	-	356.231
Direito de uso - não frota (a)		-	238.345	(23)	-	238.322
		5.578.622	4.819.152	(3.992.481)	(606)	6.404.687
Depreciação						
Edifícios	4,76	(84.861)	(8.082)	1.013	354	(91.576)
Equipamentos de voo	3,08	(2.328.843)	(209.723)	89.630	7.941	(2.440.995)
Computadores e periféricos	7,49	(205.768)	(19.012)	1.367	11	(223.402)
Máquinas e equipamentos	6,86	(87.083)	(7.893)	-	160	(94.816)
Outros	7,72	(313.951)	(41.441)	10	(8.273)	(363.655)
Direito de uso - frota (a)		-	(1.130.009)	1.024.861	-	(105.148)
Direito de uso - não frota (a)		-	(38.517)	-	-	(38.517)
		(3.020.506)	(1.454.677)	1.116.881	193	(3.358.109)
Imobilizado líquido		2.558.116	3.364.475	(2.875.600)	(413)	3.046.578

(a) Ativos de Direitos de uso registrados em acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2). Os detalhes dos passivos de arrendamento estão divulgados na Nota 20. (b) Para fins de reconciliação dos saldos de aquisição de imobilizado incluídos na demonstração de fluxo de caixa, os valores referentes às adições de Direito de Uso, no montante de R$19.422, não possuem efeito caixa.

19. INTANGÍVEL:

Consolidado

Custo:	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa	(+/-) Transferência	31/12/2019
Marcas		168.449	-	-	-	168.449
Carteira de clientes LATAM Pass		70.069	-	-	-	70.069
Softwares		882.377	907	-	153.988	1.037.272
Softwares em desenvolvimento		182.692	92.109	(1.441)	(165.981)	107.379
Direito de uso de *slots*		-	191.810	-	-	191.810
		1.303.587	284.826	(1.441)	(11.993)	1.574.979
Amortização:						
Marcas	19,98	(75.862)	(33.662)	-	-	(109.524)
Carteira de clientes LATAM Pass	7,05	(2.497)	(4.942)	-	-	(7.439)
Softwares	7,41	(672.772)	(76.897)	-	-	(749.669)
		(751.131)	(115.501)	-	-	(866.632)
Intangível líquido		552.456	169.325	(1.441)	(11.993)	708.347

Consolidado

Custo:	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2017	(+) Adição	(-) Baixa	(+/-) Transferência	31/12/2018 (Reclassificado)
Marcas		168.449	-	-	-	168.449
Carteira de clientes LATAM Pass		-	70.069	-	-	70.069
Softwares		839.007	880	(1.825)	44.315	882.377
Softwares em desenvolvimento		97.402	129.475	(496)	(43.689)	182.692
		1.104.858	200.424	(2.321)	626	1.303.587
Amortização:						
Marcas	19,98	(42.200)	(33.662)	-	-	(75.862)
Carteira de clientes LATAM Pass	7,12	-	(2.497)	-	-	(2.497)
Softwares	7,94	(602.444)	(70.131)	16	(213)	(672.772)
		(644.644)	(106.290)	16	(213)	(751.131)
Intangível líquido		460.214	94.134	(2.305)	413	552.456

20. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL: A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de aeronaves e motores, para composição de sua frota operacional, e de bens imóveis para acomodação de suas instalações administrativas e operacionais. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 20 anos. No início do contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Em sendo identificado um arrendamento, o qual corresponde a transferência do direito de uso de um ativo ao arrendatário, desde que este não se qualifique dentro das isenções previstas no CPC 06 (R2) para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5.000 (cinco mil dólares), a Companhia e suas controladas reconhecem o passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (Nota 18), conforme política contábil aplicada em conformidade com o pronunciamento técnico vigente (Nota 4.17). Os contratos de aeronaves são majoritariamente formados por obrigações cujo pagamento é totalmente variável, de modo que estes aluguéis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos. **20.1. Movimentação das obrigações de arrendamento:** Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento (não há arrendamentos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais) e as movimentações durante o período:

Consolidado

	31/12/2018	Adição	Pagamentos	Juros apropriados	Variação cambial	Outros (a)	31/12/2019
Aeronaves e motores	1.887.601	-	(424.834)	40.750	68.718	(90.751)	1.481.484
Bens imóveis	216.440	1.979	(41.767)	30.516	-	18.982	226.150
	2.104.041	1.979	(466.601)	71.266	68.718	(71.769)	1.707.634
					Circulante		915.673
					Não circulante		791.961

Consolidado

	01/01/2018	Adição	Pagamentos	Juros apropriados	Variação cambial	Outros (a)	31/12/2018
Aeronaves e motores	5.951.611	-	(1.211.823)	282.132	981.178	(4.115.497)	1.887.601
Bens imóveis	93.329	130.079	(9.270)	2.302	-	-	216.440
	6.044.940	130.079	(1.221.093)	284.434	981.178	(4.115.497)	2.104.041
					Circulante		210.218
					Não circulante		1.893.823

(a) Valores referentes ao desreconhecimento de contratos de arrendamento, conforme divulgado na Nota 4.23(i).

20.2. Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo: Estão demonstrados abaixo os valores reconhecidos no resultado referentes aos itens isentos de reconhecimento pelo CPC 06(R2):

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com arrendamento:		
Pagamentos totalmente variáveis (a)	1.693.365	115.228
Direitos de uso de baixo valor	60.268	72.221
	1.753.633	187.449

(a) Conforme divulgado na Nota 4.23(i), parte substancial dos contratos abrangidos pelo CPC 06(R2) em 1º de janeiro de 2018, foram repactuados e convertidos em contratos com pagamentos totalmente variáveis.

21. FORNECEDORES:

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Terceiros	184	147	3.326.442	2.551.515
Partes relacionadas (Nota 25)	165	180	4.238.842	3.675.000
	349	327	7.565.284	6.226.515

Aumento de saldo de fornecedores terceiros decorre principalmente por revisão estratégica nos acordos comerciais para alteração no prazo de pagamentos. Ademais, em relação a variação do saldo de partes relacionadas, as alterações contratuais ocorridas nos contratos de arrendamento de aeronaves, conforme Nota 4.23, contribuíram para o aumento da conta no período.

22. RECEITAS DIFERIDAS:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Transporte a executar	2.597.752	1.841.153
Direito de resgate de prêmios	909.278	1.009.615
Provisão de *breakage*	-	121.428
Pacotes turísticos	1.896	2.416
	3.508.926	2.974.612

A receita de transporte a executar refere-se a passagens aéreas vendidas e não voadas, e que somente serão reconhecidas na demonstração do resultado quando a obrigação de desempenho for satisfeita, isto é, o transporte do passageiro for completado. Os valores registrados como direito de resgate de prêmios e provisão de *breakage* de pontos, referente ao Programa de Fidelidade, são avaliados pelo seu valor justo no momento do acúmulo em operação de voos LATAM ou pelo valor da transação de venda aos parceiros do programa de fidelidade. No resgate dos pontos por produtos ou serviços, o valor originalmente diferido para cada lote de pontos é considerado como preço da receita no cumprimento da obrigação de desempenho. Ademais, os valores de direito de resgate são deduzidos da estimativa dos pontos que provavelmente deverão expirar sem utilização dos participantes, uma vez que os pontos expiram em média em dois anos da data de emissão, sendo que para alguns participantes pode haver prazos maiores, conforme regulamento do Programa. A Companhia utiliza para apuração da provisão de *breakage* de pontos uma metodologia onde considera-se o comportamento individual de cada safra de acúmulo de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos direitos de resgates que provavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento dos resgates de prêmios e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas conforme comportamento similar às safras vigentes. Adicionalmente, esta metodologia considera os direitos de resgates de pontos exercidos ao longo dos meses de existência de cada safra, a fim de refinar a projeção da taxa de *breakage* futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como volume de direitos de resgates expirados. Em 2019, como a metodologia aplicada desde 2016 mostrou-se efetiva e assertiva, a controlada TLA revisitou o intervalo de confiança para as regressões incluído no cálculo da estimativa de *breakage*. Com isso, a porção da estimativa que permanecia no passivo até que diferença fosse ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o *breakage* de pontos efetivo, foi inteiramente reconhecida no resultado do exercício.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. **23.1. Processos com estimativa de perda provável:** A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída em acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Consolidado

	31/12/2018	(+) Provisão	(-) Reversão	(-) Pagamentos	(+/-) Atualização Monetária	31/12/2019
Fundo aeroviário	342.615	-	-	-	10.225	352.840
Tributários e previdenciários	348.937	112.503	(30.641)	-	4.286	435.085
Cíveis	248.728	238.039	(31.204)	(193.658)	22.553	284.458
Trabalhistas	83.754	98.201	(8.559)	(82.416)	10.782	101.762
	1.024.034	448.743	(70.404)	(276.074)	47.846	1.174.145

Consolidado

	31/12/2017	(+) Provisão	(-) Reversão	(-) Pagamentos	(+/-) Atualização Monetária	31/12/2018
Fundo aeroviário	331.596	-	-	-	11.019	342.615
Tributários e previdenciários	244.438	103.292	(2.074)	-	3.281	348.937
Cíveis	222.788	166.090	(41.724)	(133.225)	34.799	248.728
Trabalhistas	84.747	73.674	(3.696)	(78.221)	7.250	83.754
	883.569	343.056	(47.494)	(211.446)	56.349	1.024.034

(a) Fundo Aeroviário: A controlada TLA está discutindo a cobrança da contribuição equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, denominado nesta demonstração financeira como "fundo aeroviário", recurso a ser destinado as entidades privadas de serviço social e de formação profissional. Por meio dos efeitos de uma medida cautelar, inicialmente, a TLA não estaria obrigada a recolher referida contribuição, contudo, foi promulgada uma decisão em primeira instância desfavorável à TAM Linhas Aéreas, revogando assim a medida cautelar. A controlada vem efetuando o pagamento dessa contribuição por meio de depósito judicial. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R$352.840 (R$342.615 em 31 de dezembro de 2018), enquanto, os depósitos judiciais totalizam R$433.614 em 31 de dezembro de 2019 (R$418.336 em 31 de dezembro de 2018). **(b) Contingências tributárias e previdenciárias:** (i) A TLA apropriou-se de créditos de PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador, Receita Federal do Brasil. A variação ocorrida entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018 trata-se de prescrição do período de abril a dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R$113.692 (R$110.297 em 31 de dezembro de 2018). (ii) A TLA, em conjunto com outras empresas do setor aéreo, representadas pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias ("SNEA") ingressou com processo contra a União Federal para discutir o aumento de 72% dos valores de TAT-ADR (Tarifa de Controle de Aeródromo) e TAT-APP (Tarifa de Controle de Aproximação) imposto pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo ("DECEA"), que foi deferida liminar para que os valores referentes ao aumento sejam depositados em juízo como garantia no processo, tais valores estão sendo provisionados. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R$257.768 (R$164.383 em 31 de dezembro de 2018). Os demais processos não têm valores individuais relevantes. **(c) Contingências cíveis e trabalhistas:** Dentre os processos judiciais de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, não existem processos com valores individuais relevantes. **23.2. Contingências com estimativa de perda possível:** A Companhia e seus controladas possuem processos, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. A posição das contingências possíveis está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Tributários	4.016.972	3.359.933
Trabalhistas	1.997.993	2.435.533
Cíveis	158.483	179.042
	6.173.448	5.974.508

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham prognóstico de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir. **(a) Contingências tributárias:** *Imposto Sobre Serviços:* A controlada LATAM Travel recebeu autos de infrações lavrados pela Municipalidade de São Paulo objetivando o recolhimento do ISS sobre os pacotes turísticos comercializados; entretanto, a controlada entende que sua receita auferida refere-se a intermediação de venda de pacotes e não revenda de pacotes turísticos. Assim, após a discussão na esfera administrativa e com o encerramento do processo, a LATAM Travel entrou com Ação Anulatória para discutir os débitos objetos dos autos de infrações. Em novembro de 2019, obtive-se decisão parcialmente favorável (cancelamento quase a totalidade dos Autos de Infração, remanescendo a discussão de um auto de infração - valor aproximado de R$200). Dessa sentença cabe recurso pelo Município de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dessa ação representa o montante de R$ 383.787 (R$332.780 em 31 de dezembro de 2018). *PIS e COFINS:* Em 19 de agosto de 2014, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R$175.886, por entender que uma parte dos créditos compensados de PIS e COFINS pela controlada TLA não estão diretamente relacionados com à atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total desse auto de infração é de R$265.607 (R$255.405 em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, também foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no montante de R$141.253, relacionado a compensação de créditos de PIS e COFINS que se deu por meio de Per/dComp. Após publicação de acórdão que converteu o processo em diligência. Algumas compensações foram homologadas o que reduziu o valor original para R$ 65.090. A manifestação de inconformidade apresentada pela TLA foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela Administração que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total desses autos corresponde a R$ 105.981 (R$ 221.796 em 31 de dezembro de 2018). *Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT"):* Em 29 de outubro de 2018, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R$457.152, em virtude de supostas irregularidades da controlada TLA referentes aos recolhimentos efetuados a título de contribuição previdenciária sobre o grau de incidência laborativa e riscos de acidente do trabalho (GILRAT - antigo "SAT"), nas competências 11/2013 a 12/2017. A Administração apresentou Impugnação Administrativa em 28 de novembro 2018, o qual aguarda julgamento perante a Delegacia da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total desse auto de infração é de R$ 485.907 (R$ 459.392 em 31 de dezembro de 2018). *Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI"):* Nos exercícios de 2005 e 2006, a controlada ABSA foi autuada pelo valor de R$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de Importação ("II") e Impostos Sobre Produtos Industrializados ("IPI"). A controlada ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexiste norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com pedido de Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total dessa ação corresponde a R$56.676 (R$54.570 em 31 de dezembro de 2018). *Outros:* Em relação às outras contingências tributárias classificadas com prognóstico de perda possível, a Companhia destaca a seguir as principais mudanças ocorridas: • Em 08 de outubro de 2014 a TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal referente a Contribuição ao Fundo Aeroviário do período de 01/2009 a 12/2010. Em 31 de dezembro de 2019, o valor deste processo é de R$ 86.945 (R$ 83.564 em 31 de dezembro de 2018). • Em 20 de março de 2017, a TLA foi citada na execução fiscal ajuizada pela União Federal objetivando a cobrança de débitos a título de CSLL referentes aos anos-calendário de 2004 a 2007, sendo que o processo aguarda a apresentação de defesa da controlada. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total desta ação é de R$159.593 (R$ 151.980 em 31 de dezembro de 2018). • A controlada TLA foi citada num pedido de execução fiscal ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de débitos a título de ICMS e multas legais referentes aos anos-calendários de 1997 a 2001. Em 31 de dezembro de 2019, o valor desta ação é de R$38.739 (R$ 37.412 em 31 de dezembro de 2018). • Em 29 de agosto de 2017, a TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo multa aduaneira por descumprimento de obrigação acessória em declaração de importação. Em 31 de dezembro de 2019, o valor deste processo é de R$ 82.269 (R$ 78.100 em 31 de dezembro de 2018). • Em 28 de dezembro de 2017, a TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo débitos de PIS e COFINS, referente ao ano de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, o valor deste processo é de R$ 126.489 (R$ 119.941 em 31 de dezembro de 2018). Os incrementos das contingências tributárias classificadas com prognóstico de perda possível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destaca a seguir as principais mudanças ocorridas: • Em 12 de dezembro de 2019, a controlada TLA tomou ciência do Auto de Infração para exigência de PIS e COFINS, apuradas em regime não cumulativo, em relação às apurações do ano calendário de 2014, decorrente da reapuração realizada pela controlada. Foi apresentada Impugnação Administrativa, o qual aguarda decisão. Em 31 de dezembro de 2019, o valor deste processo é de R$ 170.402. • Em 2019, a controlada TLA recebeu o despacho decisório relativo a créditos tributários, onde a Receita Federal não deferiu o pedido de ressarcimento e, por conseguinte, não homologou as declarações de créditos de COFINS relativos ao 2º trimestre de 2011, apurados no regime não cumulativo. Foi apresentada Impugnação Administrativa, o qual aguarda decisão. Em 31 de dezembro de 2019, o valor destes processos totalizam R$244.261. **(b) Contingências trabalhistas:** No exercício de 2016, a controlada TLA recebeu reclamação trabalhista coletiva com pedido liminar proposta pelo Sindicato, cujo objeto é a fórmula utilizada pela empresa para a remuneração dos domingos e feriados trabalhados pelos aeroviários em regime de escala do aeroporto de Confins. Segundo o Autor, a TAM procede o cálculo em contrariedade ao que dispõe a legislação trabalhista. O Perito designado pelo Juízo concluiu que a empresa remunera os domingos/feriados trabalhados de forma simples e não dobrada. Atualmente, aguarda-se realização de audiência de instrução. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total dessa ação corresponde a R$ 58.137 (R$54.570 em 31 de dezembro de 2018). Com relação a redução no saldo de risco possível do contencioso trabalhista destaca-se o efeito da reforma trabalhista, o que justifica a redução dos casos classificados como possível, e consequente reavaliação da classificação dos processos. **(c) Contingências cíveis:** Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 24.1. Capital social: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia foi incrementado em R$1.991.452 através de ato societário, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2019. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R$1.980.899 para R$3.972.351 e está representado por 1.071.433.886 ações, sendo 395.464.812 ordinárias e 675.969.074 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Sociedade.

25. PARTES RELACIONADAS: No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação de manutenção e subarrendamento de aeronaves, compra e venda de pontos de programa de fidelidade, prestação de serviços de transporte aéreo e operações de mútuo baseadas em contrato.

25.1. Posições ativas com partes relacionadas:

		Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Ativo circulante					
Contas a receber:					
LATAM Airlines Group S.A. (a)	Controladora indireta	-	-	3.676.528	3.005.442
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	1.421.587	1.184.295
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	28.742	22.860
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	30.852	30.593
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	5	5	110.357	214.957
		5	5	5.268.066	4.458.147
Adiantamento a fornecedores:					
LATAM Airlines Group S.A. (c)	Controladora indireta	-	-	890.906	-
		-	-	890.906	-
Demais contas a receber: (b)					
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	688.237	455.284
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	286.225	817.603
LAN Pax Group S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	1.040.889	465.139
		-	-	2.015.351	1.738.026
Total do ativo		5	5	8.174.323	6.196.173

(a) Aumento decorrente da venda de espaço em aeronave e cobranças entre linhas aéreas. (b) Cessão de contas a receber de partes relacionadas (Nota 14) que resultaram no aumento de capital (Nota 24). (c) Adiantamento referente a *subleasing*.

25.2. Posições passivas com partes relacionadas:

		Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Passivo circulante					
Fornecedores:					
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	165	180	2.722.583	2.262.651
LAN Chile S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	1.174.549	987.645
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	22	8
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	-	-	190.458	262.435
Linhas Aereas Más de Cargas S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	-	17
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	80.787	58.899
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	-	70.443	103.345
Total do passivo circulante		165	180	4.238.842	3.675.000
Mútuos:					
LAN Argentina S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	610.205	237.642
TAM Linhas Aéreas S.A.	Controlada	16.003	115	-	-
Total do passivo circulante		16.168	295	4.849.047	3.912.642
Passivo não circulante					
Mútuos:					
LAN Cargo Overseas Limited	Outras partes relacionadas	2.978	2.978	2.978	2.978
Aerotransporte Más de Cargas S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	5.844	5.617
LATAM Finance S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	-	220.928
Total do passivo não circulante		2.978	2.978	8.822	229.523
Total do passivo		19.146	3.273	4.857.869	4.142.165

(a) Aumento decorrente de contrato de mútuo para manutenção do fluxo de caixa e das operações a LAN Argentina. (b) Em 22 de julho de 2019, houve a liquidação total do contrato de mútuo com a Latam *Finance Limited* no montante de R$212.563, equivalente a US$57.017. **25.3. Transações com partes relacionadas:**

		Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Vendas de espaço para cargas:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	618.243	768.220
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	130.286	145.448
Aerotransporte Más de Cargas S.A.	Outras partes relacionadas	-	11.514
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	23.966	19.627
Prestação de serviços com transporte de passageiros:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	2.706.113	2.894.824
Receita com pontos e resgates award			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	159.872	107.769
Custo com pontos award			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(175.897)	(109.794)
Custos com compra de espaço:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(62.559)	(102.678)
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(9.052)	(9.102)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(40.467)	-
Outras receitas operacionais:			
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	6.067	3.662
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	21.685	48.881
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	5.496	1.238
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A.)	Outras partes relacionadas	-	2.020
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	5.168	6.319
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	3.185	2.934
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	Outras partes relacionadas	107	258
Outras despesas operacionais:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(174.587)	(258.584)
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(100.907)	(124.917)
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	-	(47.914)
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A.)	Outras partes relacionadas	(2.852)	-
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	(22.772)	(20.563)
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	(5.955)	(19.805)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(4.624)	(15.775)
Arrendamento:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(1.567.725)	(1.516.986)
Resultado financeiro:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(47.060)	61.730
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	(71.594)	145.523
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	2.105	5.688
LATAM finace Limited	Outras partes relacionadas	8.364	(42.627)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	3.768	72.633

25.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores estatutários. A remuneração do pessoal-chave é significativamente influenciada pelo plano de remuneração variável vinculado às ações da LATAM. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com essas remunerações foram de R$18.053 (R$6.206 em 31 de dezembro de 2018).

26. RECEITA OPERACIONAL: A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Receita bruta:		
Transporte de passageiros	17.940.346	15.949.486
Transporte de cargas	1.778.126	1.842.142
Programa Fidelidade	867.645	524.158
Outras receitas	416.242	245.961
	21.002.359	18.561.747
(-) Impostos e outras deduções (a)	(639.284)	(854.994)
Receita líquida	20.363.075	17.706.753

(a) A redução em impostos deve-se a extinção da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta), conhecida como "desoneração da folha de pagamento". Em 01 de junho de 2019, com a incorporação da controlada Multiplus S.A. pela TAM Linhas Aéreas S.A., o programa de fidelidade LATAM *Pass*, outrora gerenciado como um negócio separado, passou a integrar as operações ordinárias da TLA. Essa modificação não gerou efeitos significativos sobre o reconhecimento e mensuração das principais transações do Programa de Fidelidade apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto pela apresentação das receitas de direitos de resgate de prêmios. As receitas decorrentes dos resgates de pontos por prêmios, quando estes se referem a troca de pontos por passagens, enquanto negócio separado eram apresentadas pelo conceito de "Agente"; com a incorporação da Multiplus pela TLA, estas receitas oriundas dos resgates de pontos em passagens passam a ser apresentadas pelo conceito de "Principal". Os resgates em outros prêmios, após a entrada em vigor do CPC 47, permanecem sendo apresentadas pelo conceito de "Agente".

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Custo dos serviços prestados:		
Pessoal	2.838.164	2.499.933
Combustível	6.056.796	5.848.097
Depreciação e amortização (a)	354.324	1.418.707
Manutenção e reparos	1.760.729	1.368.545
Seguro de aeronaves	49.128	46.532
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	1.483.885	1.316.023
Arrendamento mercantil (a)	1.693.365	115.228
Serviços de terceiros	1.273.674	1.206.718
Custo com compra de pontos	67.892	55.685
Outras	1.068.048	779.737
	16.646.005	14.655.205
Despesas com vendas:		
Pessoal	159.923	160.467
Depreciação e amortização	22.909	44.784
Serviços de terceiros	283.384	332.827
Vendas e marketing	999.477	744.135
Outras	144.528	82.463
	1.610.221	1.364.676
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	154.639	180.548
Depreciação e amortização	86.312	81.861
Serviços de terceiros	186.120	183.811
Manutenção e reparos	48.009	38.051
Concessões	47.212	47.046
Outras (b)	274.818	128.207
	797.110	659.524

(a) Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado), as aeronaves e motores da Companhia estavam classificadas como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, que resultou na redução das despesas de aluguéis e aumento nas despesas de depreciação e amortização. (b) Na linha de "Outras", dentro do grupo de despesas "gerais e administrativas", o efeito da variação decorre basicamente das movimentações ocorridas nas contingências, conforme divulgado na Nota 23.

28. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 Reapresentado	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018 Reapresentado
Receitas financeiras:				
Receita de juros	646	776	89.712	69.079
Outras receitas financeiras	-	-	62.166	138.038
	646	776	151.878	207.117
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(70.410)	(58.489)
Outras (a)	(15.476)	(13.840)	(180.239)	(371.075)
	(15.476)	(13.840)	(250.649)	(429.564)
Variação cambial líquida	(7)	(23)	(284.400)	(1.001.246)
Resultado financeiro líquido	(14.837)	(13.087)	(383.171)	(1.223.693)

(a) Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado), as aeronaves e motores da Companhia estavam classificadas como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, que resultou no aumento nas despesas financeiras.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em 28 de fevereiro de 2020, a controlada TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") pagou antecipadamente o valor de R$447.535 (US$ 100 milhões), referente aos contratos de subarrendamentos de frota mantidos com o Grupo LATAM Chile.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva em 05 de março de 2020.

DIRETORIA

Jerome Paul Jacques Cadier - Diretor-Presidente

Jefferson Cestari - Diretor Financeiro

Adriana Ferreira Farias Sivieri Arbex - Gerente de Controladoria - CRC 1SP - 257816/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Acionista e Administradores da **TAM S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TAM S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 4.23(i), em decorrência da adoção do novo pronunciamento contábil, CPC 06(R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5